

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ

Termo de Referência 57/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
57/2025	254462-DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ	DARCY RODRIGUES DA SILVA	23/06/2026 15:11 (v 0.17)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		25389.000376/2025-02

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços contínuos de movimentação de cargas, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

Contratação de Empresa Terceirizada para Prestação Contínua dos Serviços de Movimentação de Cargas, com Dedicação exclusiva de mão de obra	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QT. DE PROFISSIONAIS	CUSTO MENSAL	CUSTO ANUAL
	1	Ajudante de Cargas	15032	Posto de Trabalho	15	R\$ 103.542,59	R\$1.242.511,60
		Supervisor de Cargas		Posto de Trabalho	02	R\$ 26.428,89	R\$ 317.146,72
		Insumos Diversos				R\$ 830,39	R\$ 9.971,86
		Diárias				R\$ 4.767,84	R\$ 57.214,10
		Horas Extras				R\$ 855,52	R\$ 10..266,20
		Total:			17	R\$ 136.425,83	R\$1.637.109,92
		Valor Total Global:					

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2 Os Serviços objeto desta contratação são caracterizados como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, Apêndice I deste TR.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3 O serviço é caracterizado como continuado, uma vez que atende às necessidades permanentes da Administração, sendo a vigência plurianual a opção mais vantajosa, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 10 (dez) anos, conforme previsto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente demonstrada a vantajosidade da prorrogação e asseguradas as condições de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

1.5 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.1.1 A demanda encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações (PCA) da Fiocruz para o exercício de 2026, em consonância com o Plano de Logística Sustentável (PLS) da Instituição e com o Plano Diretor de Infraestrutura (PDI), atendendo ao disposto no art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

2.1.2 A demanda foi formalizada por meio do Documento de Formalização da Demanda (DFD) Id. SEI nº 5371966, autorizado pela autoridade competente nos termos do art. 3º do Decreto nº 10.193/2019, e instruído com o Estudo Técnico Preliminar nº83/2025, que fundamenta esta contratação.

2.1.3 Certifica-se que o objeto da presente contratação encontra-se compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigente, atendendo ao disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e às orientações do planejamento orçamentário federal.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência e no Plano de Logística de Sustentabilidade da Fiocruz, conforme registro no ETP.

2.3 A necessidade da contratação tem como base:

2.3.1 Assegurar a prestação contínua de serviços de transporte e movimentação de cargas no Campus Manginhos da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz. Tais serviços são considerados estratégicos e essenciais, uma vez que apoiam diretamente o desenvolvimento das atividades-fim da Instituição, abrangendo ensino, pesquisa, assistência em saúde, produção tecnológica e suporte às atividades administrativas. Nesse contexto, a Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (COGIC), é responsável por prover soluções sustentáveis e eficientes de infraestrutura que garantam o adequado funcionamento das unidades.

2.3.1.1 O caráter contínuo e ininterrupto da execução justifica-se pelo impacto direto que uma eventual descontinuidade acarretaria sobre a prestação dos serviços essenciais da Fiocruz, tais como:

- transporte de insumos hospitalares, medicamentos, materiais biológicos e animais de pesquisa;
- apoio às atividades de campo de pesquisadores em diferentes regiões do país;
- suporte às unidades assistenciais no atendimento de pacientes, incluindo o transporte domiciliar de medicamentos e materiais de saúde;
- movimentação de equipamentos laboratoriais, freezers de ultra baixa temperatura e mobiliários;

2.3.2 A necessidade da contratação foi formalmente registrada no Plano Anual de Contratações (PCA 2026) da Fiocruz, encontra respaldo no Plano Diretor de Infraestrutura (PDI) e no Plano de Logística Sustentável (PLS) da instituição, além de estar contemplada no Plano Plurianual do Governo Federal (PPA 2024-2027).

2.3.3 O Estudo Técnico Preliminar (ETP) foi elaborado em conformidade com as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022 e com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021, evidenciando que a contratação de empresa especializada representa a solução mais vantajosa e custo-efetiva, considerando a essencialidade do objeto e os riscos de descontinuidade.

2.3.4 A contratação observa o disposto no Decreto nº 11.890/2024, que disciplina a margem de preferência e a governança das contratações, e no Decreto nº 12.516/2025, que atualiza regras de planejamento com ênfase em sustentabilidade e racionalização de recursos. Este Termo de Referência foi estruturado em conformidade com a minuta-padrão da AGU (dez/2025) e com o Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação (IPP /AGU-MGI), em observância aos princípios da legalidade, eficiência, eficácia e sustentabilidade previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

2.4 Tratando-se de atividade de custeio, foi certificada a observância do art. 3º do Decreto 10.193, de 2019.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação contínua de serviços de movimentação de cargas, com dedicação exclusiva de mão de obra, abrangendo todas as dependências da Fiocruz - RJ e em outros estados do Brasil. Esse serviço deverá atender às demandas institucionais que apoiam diretamente o desenvolvimento das atividades-fim da Instituição, abrangendo ensino, pesquisa, assistência em saúde, produção tecnológica e suporte às atividades administrativas.

3.3. O escopo envolve a disponibilização de mão de obra devidamente qualificada, uniforme e identificada, com fornecimento de todos os materiais, insumos, equipamentos e utensílios necessários à adequada execução dos serviços. As atividades deverão observar as normas técnicas e regulatórias aplicáveis, garantindo segurança, eficiência operacional e conformidade ambiental.

3.4. O modelo de execução observará os princípios da eficiência operacional e da sustentabilidade, assegurando o uso racional de água, energia e insumos de limpeza, priorizando a utilização de produtos biodegradáveis, equipamentos de baixo consumo e técnicas de manutenção preventiva. Deverão ser seguidas as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), das Resoluções do CONAMA e demais normas ambientais e de saúde aplicáveis.

3.4.1. A contratada deverá assegurar que todos os trabalhadores designados sejam devidamente capacitados e treinados para suas funções específicas (supervisor e ajudante de cargas), devendo apresentar comprovação de qualificação, certificados de treinamentos obrigatórios em segurança do trabalho e fornecimento integral de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs).

3.5. A execução do contrato compreenderá:

- a prestação ininterrupta dos serviços de manutenção de cargas;
- o fornecimento e a reposição de insumos;
- a substituição imediata de empregados em casos de afastamentos, faltas ou desligamentos, de forma a não comprometer a continuidade operacional.

3.6. A solução considera todo o ciclo de vida do objeto, abrangendo o planejamento, a execução programada, o controle técnico e administrativo, a rastreabilidade das operações, a emissão de relatórios mensais e a avaliação de resultados vinculados ao Instrumento de Medição de Resultados (IMR), em alinhamento com o Plano de Logística Sustentável (PLS) da Fiocruz.

3.7. O dimensionamento dos serviços, a estimativa de efetivo de pessoal, a periodicidade das atividades e a distribuição por áreas da Fiocruz foram definidos com base no Estudo Técnico Preliminar (ETP), no Plano Anual de Contratações (PCA 2026), no Plano Diretor de Infraestrutura (PDI) e no Plano de Logística Sustentável (PLS) da instituição, assegurando proporcionalidade entre a demanda institucional e os recursos contratados, em conformidade com o art. 31 da Lei nº 14.133 /2021.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A execução contratual será acompanhada pela Administração por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), que contemplará indicadores objetivos de sustentabilidade, eficiência no uso de insumos, controle de produtos de limpeza e qualidade da execução, permitindo a aferição periódica da conformidade dos serviços.

4.1.2. A contratada deverá adotar práticas ambientais sustentáveis, observando as seguintes ações, que serão fiscalizadas e monitoradas pela Administração:

a) **Elaborar e manter atualizado o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)**, responsabilizando-se pela segregação, coleta interna, armazenamento temporário e destinação final adequada dos resíduos gerados durante a execução dos serviços. A contratante exigirá a apresentação do PGRS aprovado, bem como relatórios trimestrais de execução e comprovantes de destinação final emitidos por empresa licenciada.

b) **Utilizar produtos de limpeza biodegradáveis e de baixo impacto ambiental**, devidamente regularizados junto à ANVISA e ABNT. A Administração verificará periodicamente as fichas técnicas e de segurança dos produtos (FISPQ), além de inspeções in loco para checagem do uso correto.

c) **Assegurar a destinação ambientalmente adequada** de lâmpadas, pilhas, equipamentos elétricos e eletrônicos eventualmente substituídos em serviços de manutenção. A contratante acompanhará por meio de notas fiscais de destinação, certificados de recebimento emitidos por recicladores licenciados e conferência dos volumes informados.

d) **Adotar técnicas de jardinagem sustentável**, priorizando o uso racional de água, a compostagem de resíduos orgânicos de poda e o manejo ambientalmente responsável das áreas verdes. A contratante realizará inspeções nas áreas verdes, verificará os registros de volume de resíduos encaminhados à compostagem e aplicará checklists de conformidade ambiental.

e) **Implantar rotinas de uso eficiente de energia elétrica e de água** nos serviços prestados. A contratante verificará os registros de consumo dos equipamentos utilizados e fará auditorias periódicas de boas práticas de eficiência energética e hídrica.

f) **Implementar campanhas de educação ambiental e conscientização** junto aos empregados lotados na execução dos serviços. A contratante acompanhará por meio de relatórios de atividades, registros fotográficos e listas de presença em treinamentos/capacitações.

g) **Manter registros e apresentar relatórios periódicos de sustentabilidade**, contendo evidências das ações implementadas, resultados obtidos e tratamento de não conformidades. A contratante analisará os relatórios entregues, confrontando com os indicadores do IMR e com inspeções em campo.

h) **Colaborar com o programa de coleta seletiva** solidária implantado na Cmpus Fiocruz RJ, assegurando a correta segregação dos resíduos. A contratante verificará a conformidade durante vistorias presenciais e por meio de registros fotográficos periódicos das áreas atendidas.

4.1.3. A presente contratação está alinhada ao Plano de Logística Sustentável (PLS) da Fiocruz, em conformidade com o Decreto nº 10.947/2022 e a Portaria SEGES nº 8.678/2021, reforçando o compromisso institucional com práticas ambientalmente responsáveis, especialmente na gestão de resíduos sólidos, na redução de riscos sanitários e no incentivo a soluções de menor impacto ambiental.

Indicação de marcas ou modelos

4.2 Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas, de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

Subcontratação

4.3 Não será admitida a subcontratação, ou sub alocação, do objeto contratual, considerando que é de responsabilidade direta da contratada a execução integral do serviço de movimentação de cargas, os quais serão prestados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, mediante a disponibilização de equipe própria, devidamente uniformizada e capacitada, além do fornecimento de insumos EPIS e EPCs, assegurando a completa realização das atividades conforme estabelecido neste Termo de Referência.

Garantia da contratação

4.4 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro - garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.5 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.5.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.5.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.5.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.5.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.6. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.9. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.9.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.10.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.10.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.10.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.11. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado

4.11.1 O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

4.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.13. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.15. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.15.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.15.2. Caso se trate da modalidade seguro - garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.16.1. A extinção da garantia na modalidade seguro - garantia observará a regulamentação da Susep.

4.16.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.17.1 Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.17.2 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.17.3 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.18. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.21. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09h00 às 16h00.

4.21.1 A imprescindibilidade da vistoria se faz necessária para conhecimento das rotinas a serem atendidas pela contratada, entretanto, como disposto no subitem 4.24 a mesma pode ser considerada opcional, resguardada a apresentação da declaração acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.22. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.23. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.23.1 Os interessados na vistoria deve agendar a mesma, 24 horas antes, pelos telefones: (21) 2209 - **9191/9189** até dois dias anterior a data do certame.

4.23.2 A vistoria poderá, também, ser agendada pelo e-mail: **servicos.cogic@fiocruz.br**.

4.23.3 Para a Vistoria, o interessado em fazê-la deverá estar de posse do formulário disponibilizado, Anexo VII o qual será atestado pelo servidor designado para acompanhá-lo.

4.24. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu representante legal acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.25. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Instalação de escritório

4.26 Não será exigida a instalação de escritório físico nas adjacências do local de prestação dos serviços. Entretanto, considerando a necessidade de garantir a adequada gestão e o acompanhamento contínuo das atividades contratadas, é imprescindível que a contratada disponibilize um canal oficial de contato direto, capaz de assegurar atendimento imediato às demandas administrativas, bem como a apuração e a pronta solução de eventuais ocorrências supervenientes relacionadas à execução contratual.

Reserva de postos de trabalho para mulheres em situação de violência doméstica

4.27. Em atendimento ao disposto no art. 25, §9º, da Lei nº 14.133/2021, e no Decreto nº 11.430/2023, a contratada deverá assegurar a reserva mínima de 8% (oito por cento) dos postos de trabalho, equivalente a 1 (um) postos dentre os 17 previstos neste contrato, destinados a mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Parcelamento

4.28. Foi avaliada a possibilidade de parcelamento do objeto, conforme o disposto no art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021. Constatou-se que o fracionamento comprometeria a economia de escala, a eficiência da execução e a padronização dos serviços, razão pela qual a contratação será conduzida de forma integrada.

Padronização

4.29. Foi considerada a observância do princípio da padronização, conforme o disposto no art. 40, §4º, da Lei nº 14.133/2021. Verificou-se que a uniformização das especificações e condições contratuais é indispensável para assegurar a qualidade, a continuidade e a economicidade da contratação, especialmente por se tratar de serviços contínuos que exigem procedimentos homogêneos e supervisão permanente.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto será definido na reunião de partida.

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1 A gestão será realizada por servidores designados pela unidade requisitante, com apoio técnico e administrativo, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.2.2 O regime de execução adotado será empreitada por preço unitário, em razão da necessidade de medição periódica dos serviços conforme a utilização efetiva e a possibilidade de variações nas quantidades demandadas ao longo da execução contratual.

5.1.3 O cronograma de realização dos serviços será apresentado pela Contratante à empresa contratada durante a Reunião de Partida, ocasião em que também será entregue o Plano de Fiscalização, contendo as diretrizes e obrigações relativas ao cumprimento das etapas e prazos previstos.

5.1.4 A execução contratual seguirá as diretrizes operacionais estabelecidas neste Termo de Referência, em conformidade com o planejamento definido e sob acompanhamento da fiscalização designada pela Administração, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021.

5.1.5 As atividades do ajudante e do supervisor de movimentação de cargas serão executadas mediante Ordem de Serviço (OS), cujo modelo encontra-se no Anexo V deste instrumento que serão emitidas pelo Serviço de Gestão de Transporte da Fiocruz - SEGETRANS através do Sistema Integrado da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi, DiracWeb., estando nesta especificado detalhadamente todos os serviços solicitados e a serem executados.

5.1.5.1 A Ordem de Serviço (OS) depois de executada deverá ser entregue no Serviço de Gestão de Transporte da Cogic – Segetrans, devidamente assinada e datada pelo usuário/requisitante.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

- Sede da Fiocruz RJ, localizada na Av. Brasil, 4365 - Manguinhos - Rio de Janeiro.

5.2.1 Os profissionais envolvidos nesta prestação de serviço farão base no Serviço de Gestão de Transporte da Cogic, no Campus Fiocruz Manguinhos/RJ, sito à Avenida Brasil, nº 4.365 – Manguinhos / Rio de Janeiro.

5.2.1.1 Os profissionais ajudante e supervisor de movimentação de cargas poderão atender demandas esporádicas de outros Campi da Fiocruz/RJ, nos endereços abaixo, ficando o deslocamento/transporte dos profissionais sob responsabilidade do usuário/requisitante:

- EXPANSÃO DO CAMPUS DE MANGUINHOS - Av. Brasil, 4063-Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ;
- CAMPUS MATA ATLÂNTICA - Estrada Rodrigues Caldas, nº 3400, Sampaio Correia nº 1 Núcleo Agrícola Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ;
- CENTRO DE REFERÊNCIA PROF. HÉLIO FRAGA (CRPHF) - Estrada Curicica, nº 2.000, Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ;
- INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FÁRMACOS (FARMANGUINHOS) - Avenida Comandante Guarany, nº 447, Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ;
- INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA (IFF) - Av. Rui Barbosa, 176, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ;
- PALÁCIO ITABORAÍ - Rua Visconde de Itaboraí, nº 188 – Valparaíso Petrópolis – Rio de Janeiro/RJ.

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário: de 08:00h às 17:00h, de segunda a sexta-feira.

Rotinas a serem cumpridas

5.3.1 A execução contratual observará as rotinas abaixo:

I- Para fins de dimensionamento da contratação, foram considerados os quantitativos de postos de trabalho em regime de 40 (quarenta e quatro) horas semanais, definidos com base no Estudo Técnico Preliminar,

observando-se a demanda operacional, o histórico de utilização dos serviços e a necessidade de assegurar a continuidade e a eficiência na execução contratual, conforme quadro a seguir:

FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	QUANTITATIVO
Ajudante de Cargas	40h semanais	15 profissionais
Supervisor de Cargas	40h semanais	02 profissionais
Total		17 profissionais

II- O pagamento será realizado exclusivamente pelos serviços efetivamente prestados e atestados pela fiscalização do contrato, excluindo-se períodos de paralisação não imputáveis à Administração (como feriados, greves, força maior ou afastamentos legais).

III- O dimensionamento da proposta deverá abranger todos os custos relacionados à execução contratual, incluindo: remuneração dos empregados, encargos sociais e trabalhistas, insumos, uniformes, EPIs, EPCs, treinamentos, supervisão, reposição de pessoal ausente, adicionais de insalubridade (quando aplicável), além dos custos indiretos, tributos e benefícios previstos na legislação.

5.3.2 Serviços de Ajudante de Cargas:

5.3.2.1 Movimentar mobiliário, equipamentos técnico-científicos, material bibliográfico, medicamentos, vacinas, animais de pesquisa (cobaias) dentre outros; Carregar e descarregar os materiais movimentados, realizando a contagem dos bens; Retirada e guarda de materiais em embalagens apropriadas, bem como o manuseio de ferramentas e materiais apropriados para o desenvolvimento desta atividade.

5.3.2.2 Solicitar o Termo de Descontaminação de Equipamentos/Mobiliário quando do transporte de mobiliário ou equipamento oriundo de laboratório ou área de assistência, recusando-se a transportar o material caso o termo não esteja disponível ou devidamente preenchido;

5.3.2.3 Ter disponibilidade para viagens caso tenha demandas de movimentação de cargas para Fiocruz em outros Estados do Brasil. As viagens serão programadas e comunicadas antecipadamente pela fiscalização do contrato.

5.3.3.4 Verificar o descrito nas Ordens de Serviço (OS) a fim de esclarecer possíveis dúvidas antes de se iniciar o atendimento do serviço;

5.3.3.5 Solicitar ao usuário, no fim do serviço, a assinatura das Ordens de Serviço para comprovar a execução dos serviços prestados, entregando as mesmas na área de gestão do Segetrans;

5.3.3.6 Tratar todos os usuários: servidores, terceirizados, estagiários e colegas de trabalho com educação, presteza e atenção;

5.3.3.7 Não exercer atividades que não sejam compatíveis com as atribuições das atividades de ajudante de movimentação de cargas e em caso de dúvidas deverá solicitar orientação ao Supervisor de Movimentação de Cargas do Contrato;

5.3.3.8 Não fumar durante a execução de suas atividades, conforme determinado na Lei Estadual nº 5517, de 17 de agosto de 2009, na Lei Federal nº 9.294, de 15 de julho de 1996 e nos Decretos nº 2.018, de 1º de outubro de 1996 e o nº 8.262, de 31 de maio de 2014, que as regulamentam;

5.3.3.9 Estar no posto de trabalho sempre identificado (crachá) e devidamente uniformizado não se ausentando do seu posto sem estar devidamente autorizado;

5.3.3.10 Apresentar-se no posto de serviço no horário operacional estabelecido pela unidade, respeitando os períodos de intervalo;

5.3.3.11 Quando da ausência do profissional do posto, a empresa prestadora dos serviços terá **até 2 (duas) horas** para fazer a cobertura, utilizando outro profissional.

5.3.3 Serviços do Supervisor de Cargas

5.3.3.1 Supervisionar os postos de trabalho de Ajudante de Movimentação de Cargas quanto ao cumprimento das atividades diárias tais como: jornada de trabalho, uso do crachá, itens do uniforme e demais exigências para o exercício da função, respondendo por todos os atos e fatos gerados/provocados pelos ajudantes de cargas da Contratada; Cumprir e fazer cumprir por parte de seus subordinados, as determinações e normas estabelecidas em Contrato; Registrar toda e qualquer ocorrência significativa no livro de registro que deverá ficar disponível para consulta da fiscalização, quando necessário ou solicitado;

5.3.3.1.1 Quando da ausência do profissional do posto, a empresa prestadora dos serviços terá **até 2 (duas) horas** para fazer a cobertura, utilizando outro profissional.

5.3.3.2 Ter disponibilidade para viagens caso tenha demandas de movimentação de cargas para Fiocruz em outros Estados do Brasil. As viagens serão programadas e comunicadas antecipadamente pela fiscalização do contrato.

5.3.3.3 Apresentar-se no posto de serviço no horário operacional estabelecido, estando sempre identificado (crachá) e devidamente uniformizado não se ausentando do seu ambiente de trabalho sem estar devidamente autorizado pela fiscalização do contrato;

5.3.3.4 Tratar todos os usuários: servidores, terceirizados, estagiários e colegas de trabalho com educação, presteza e atenção;

5.3.3.5 Não fumar no posto de trabalho, conforme determinado na Lei Estadual nº 5517, de 17 de agosto de 2009, na Lei Federal nº 9.294, de 15 de julho de 1996 e nos Decretos nº 2.018, de 1º de outubro de 1996 e o nº 8.262, de 31 de maio de 2014, que as regulamentam;

5.3.3.6 Estabelecer o bom relacionamento interpessoal com a equipe, bem como com o solicitante do serviço e SEGETRANS;

5.3.4 Qualificação Requerida:

5.3.4.1 Ajudante de Cargas

- O profissional designado para a função de Ajudante de Cargas deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:
- Idade mínima: 18 (dezoito) anos completos;
- Escolaridade Mínima: Ensino fundamental completo;
- Boa saúde física e mental;
- Boa estabilidade emocional e senso de responsabilidade, bem como bom relacionamento interpessoal;
- Apresentação de certificado de curso de: Movimentação de Cargas Perigosas (MOPP) e Primeiros Socorros.

5.3.4.2 Supervisor de Cargas:

O profissional designado para a função de Supervisor de Cargas deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- Idade mínima: 18 (dezoito) anos completos;
- Escolaridade: ensino médio completo;
- Boa saúde física e mental;
- Boa fluência verbal e escrita;
- Boa estabilidade emocional e senso de responsabilidade, bem como bom relacionamento interpessoal;
- Apresentação de certificado de curso de: Movimentação de Cargas Perigosas e Primeiros Socorros.
- Conhecimentos básicos de informática; capacidade de liderança de equipe de trabalho; conhecimento amplo da sua área de atuação;

5.3.4.3 Jornada de Trabalho Extraordinário

5.3.4.3.1 Deverá ser provisionado, separadamente, para efeito de estimativa de custo, para todos os postos de trabalho as seguintes horas extras:

5.3.4.3.2 Duas horas extras diárias, considerando 13 dias de execução no mês (02 horas x 13 dias da semana = 26 horas mês) no percentual de 50% sobre o valor da hora normal (segunda a sábado), sendo assim considera-se a 1ª hora extra, depois de cumprida efetivamente a jornada de trabalho de 08 horas diárias.

5.3.4.3.3 Duas horas extras semanais considerando 04 dias de execução no nos finais de semana (02 horas x 04 = 08 horas mês) no percentual de 100% sobre o valor da hora normal (domingos e feriados);

5.3.4.3.4 Tendo em vista a possibilidade de atendimentos nos finais de semana e feriados, conforme o Decreto nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018, que regulamenta o uso de veículos oficiais pela administração pública federal, a contratada deverá pagar ao trabalhador o adicional noturno sobre o valor das horas extras, conforme legislação vigente, especialmente o que dispõe o Art. 73 e Art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

5.3.4.3.5 As jornadas de trabalho extraordinário, quando solicitadas e autorizadas pela fiscalização serão de caráter eventual, excepcional ou emergencial e somente serão pagas mediante autorização da fiscalização do contrato.

5.3.4.3.6 O pagamento referente ao item 5.3.4.3 somente será efetuado mediante ocorrência do fato, o qual deverá ser autorizado pelo Serviço de Gestão de Transportes – SEGETRANS/COGIC.

5.3.4.4 Adicional de Insalubridade

5.3.4.4.1 Deverá incluir nas planilhas de custos o percentual de 40% referente ao adicional de insalubridade, adotado como padrão pela Administração, considerando o grau máximo de risco. Essa previsão visa garantir a sustentabilidade jurídico-financeira do contrato e a isonomia entre os licitantes.

5.3.4.4.2 A efetiva manutenção desse custo e sua correta aplicação para fins de faturamento dependerão da apresentação de Laudo Pericial, elaborado por Engenheiro ou Médico do Trabalho credenciado junto ao MTE, a ser entregue pela Contratada à Fiscalização no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir do início da vigência contratual.

5.3.4.4.3 O pagamento do adicional de insalubridade somente será autorizado com base no referido laudo. Caso o laudo indique ausência de exposição a agentes insalubres em todos os postos ou apenas em parte deles, as planilhas de custo deverão ser ajustadas para refletir apenas os postos contemplados.

5.3.4.4.4 Havendo necessidade de revisão dos custos contratuais, esta deverá ocorrer conforme previsto no art. 124, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021.

5.3.5.4.5 O cálculo do adicional de insalubridade deverá considerar o salário mínimo vigente, salvo disposição diversa estabelecida em Convenção Coletiva de Trabalho.

5.3.4.5 Prêmio por Tempo de Serviço (PTS)

5.3.4.5.1 Para efeito de isonomia entre os licitantes, deverá incluir nas planilhas de custos o valor correspondente ao Prêmio por Tempo de Serviço (PTS), equivalente a 5% do piso salarial vigente para os Ajudantes de Cargas, a ser pago aos empregados que completarem 2 (dois) anos de efetivo exercício na função.

5.3.4.5.2 A efetiva aplicação desse custo para fins de faturamento dependerá da comprovação documental do tempo de serviço dos empregados, mediante apresentação de registros funcionais que atestem o cumprimento do período mínimo exigido.

5.3.4.5.3 O pagamento do PTS somente será autorizado com base nas comprovações mencionadas. Caso não haja empregados que atendam ao requisito de tempo de serviço ou o benefício seja aplicável apenas a parte dos postos, as planilhas de custo deverão ser ajustadas para refletir apenas os casos contemplados.

5.3.4.5.4 Havendo necessidade de revisão dos custos contratuais, esta deverá ocorrer conforme previsto no art. 124, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021.

5.3.4.5.5 O valor do PTS deverá ser calculado com base no piso salarial da categoria, salvo disposição diversa estabelecida em Convenção Coletiva de Trabalho.

5.3.5 Deslocamento e Hospedagem (estimativa) para as atividades de ajudante e supervisor de movimentação de cargas

5.3.5.1 Para as atividades de ajudante e supervisor de movimentação de cargas deverá ficar provisionado as despesas decorrentes de viagens devido ao atendimento de demandas fora do Município do Rio de Janeiro, abrangendo todo território brasileiro, com permanência no local durante o trabalho de campo e/ou durante as atividades de movimentação de cargas.

5.3.5.2 As viagens com veículos oficiais da Instituição, quando solicitadas, em caráter eventual, excepcional ou emergencial no decorrer do contrato, serão previamente autorizadas pelo SEGETRANS. Todas partirão da sede da Fiocruz, situada à Av. Brasil nº. 4.365 – Manguinhos Rio de Janeiro/RJ; portanto não há provisionamento de custo com adicional de deslocamento.

5.3.5.3 O destino da viagem e a permanência prevista serão previamente informados à Contratada pelo SEGETRANS, sendo que tal permanência será dimensionada considerando a jornada de trabalho de 44 horas semanais diurnas; portanto, não há provisionamento de custo de horas extras durante as viagens. Os terceirizados que participarão da viagem deverão preencher formulário próprio a ser fornecido pelo SEGETRANS, a ser conferido/atestado pela Fiscalização.

5.3.5.4 Para os trabalhos realizados em vários dias COM pernoite, será considerado 100% do valor de referência indicado na tabela abaixo, dele sendo descontado o valor do auxílio-refeição e do auxílio-transporte; ou seja, o terceirizado receberá da Contratada, em moeda corrente, antecipadamente à viagem, o resultado entre o valor de referência de 01(uma) diária menos 01 (um) auxílio-refeição e 01(um) auxílio-transporte vezes os dias de afastamento, já que a diária destina-se a alimentação e ao alojamento da mão-de-obra terceirizada, não sendo utilizado transporte coletivo para o deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

5.3.5.5 Para os trabalhos num único dia SEM pernoite, será considerado 50% do valor-base (½ diária) indicado na tabela abaixo, dele sendo descontado o valor do auxílio-refeição; ou seja, o terceirizado receberá da Contratada, em moeda corrente, antecipadamente à viagem, o resultado entre a metade do valor de referência de 01(uma) diária menos 01(um) auxílio-refeição já que, neste caso, a diária destina-se exclusivamente à alimentação.

5.3.7.6 Para os trabalhos em municípios limítrofes e/ou com deslocamento inferior a 100 km a contar do Campus Fiocruz- Manguinhos, com retorno no mesmo dia, não será paga ½ diária ao terceirizado.

5.3.5.7 A tabela abaixo possui um quantitativo estimado de diárias para os ajudantes e supervisores de movimentação de cargas, com base em histórico de anos anteriores, para um período anual, conforme o tempo total estimado de afastamento: viagem (ida/volta) e a permanência no local. O valor de referência foi baseado no valor da indenização de diária aos servidores públicos federais, estabelecido para os cargos de nível intermediário e auxiliar, conforme Decreto nº 11.872 de 29/12/2023 da Presidência da República.

5.3.5.8 O pagamento referente ao item 5.4 somente será efetuado mediante ocorrência do fato, o qual deverá ser autorizado pelo Serviço de Gestão de Transportes – SEGETRANS/COGIC.

Estimada de viagens para a atividade de Ajudantes e Supervisores de Movimentação de Cargas:

Destino	Quantidade	Valor de Referência da Diária
Brasília/Manaus/Rio de Janeiro/São Paulo	25	R\$ 425,00
Outras Capitais dos Estados	25	R\$ 380,00
Demais Localidades	75	R\$ 335,00

Materiais a serem disponibilizados

5.4 Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição sempre que necessário.

5.4.1 Os materiais e insumos a serem utilizados encontram-se previstos na planilha de custos e composição de preços, devendo atender integralmente às especificações técnicas e às normas de saúde, segurança e meio ambiente aplicáveis.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1 A demanda do órgão descreve os horários e as funções para os serviços solicitados, com prestação de serviço de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

5.5.2 As funções incluem **Supervisor** e **Ajudante de Cargas**, conforme estabelecido no item 1.1 deste Termo de Referência. A quantidade de postos de trabalho requerida nesta contratação foi estabelecida de forma a atender satisfatoriamente as demandas dos usuários/requisitantes da Instituição.

5.5.3 A Unidade de Medida será em horas totais efetivamente trabalhadas, considerando-se a carga horária estabelecida para cada posto de serviço contratado.

5.5.4 A produtividade é variável e estará relacionada ao desempenho dos profissionais de cada posto durante as rotinas de execução dos serviços e será observada pela fiscalização.

Benefícios:

Do vale transporte:

5.5.6. De acordo com a Lei Federal nº 7.418 de 16/12/1985, alterada pela Lei Federal nº 7.619, de 30/09/1987, regulamentada pelo Decreto Federal nº 95.247, de 17/11/1987, todo trabalhador no território nacional tem direito ao custo de seu transporte coletivo para seu deslocamento de ida/volta ao trabalho.

5.5.7 A Contratada fornecerá até o último dia útil do mês anterior auxílio - transporte no real valor das despesas de deslocamento residência – trabalho – residência.

5.5.8 Com o intuito de estabelecer o princípio da isonomia da licitação, bem como estabelecer o valor para pagamento do auxílio transporte, a contratada deverá cotar, obrigatoriamente, o valor referente ao Bilhete Único Intermunicipal para ida e volta para todos os profissionais dos postos de trabalho, no valor de 2 x R\$ 9,40 (dois reais e cinquenta e cinco centavos);

5.5.8.1 Para elaboração das propostas, as licitantes deverão considerar o quantitativo de 23 (vinte e três) dias de execução dos serviços, já incluindo 6% de desconto sobre o salário base do profissional.

5.5.9 O pagamento do auxílio-transporte será realizado com base nos dias efetivamente trabalhados e nos valores efetivamente devidos aos empregados, nos termos da legislação vigente, cabendo à contratada a responsabilidade pela adequada gestão desse benefício durante a execução contratual.

5.5.10 Para efeito de pagamento, serão considerados apenas os dias efetivamente trabalhados.

5.5.11 As despesas decorrentes do auxílio transporte para os profissionais que ultrapassarem o limite estabelecido no item anterior, deverá ser arcada pela empresa contratada, sem ônus à Fiocruz.

5.5.12 Fica a cargo da contratada definir junto aos seus funcionários as modalidades de transporte público para deslocamento até o local da execução dos serviços, considerando as seguintes variações para efeito de pagamento: trens urbanos ou metrô; ônibus municipais e intermunicipais.

5.5.13 O valor que será pago à contratada pelo auxílio - transporte será o mesmo efetivamente pago ao trabalhador, respeitado o limite do item deste Termo de Referência.

5.5.14 Será descontada do custo supracitado, a contrapartida de 6% sobre o salário do trabalhador, exceto quando esta contrapartida for alterada pela Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria Profissional.

Do auxílio-alimentação/refeição:

5.5.15 A Contratada deverá fornecer, até o último dia útil do mês anterior ao da competência, o auxílio-alimentação/refeição em valor igual ou superior ao estabelecido pela Administração, conforme especificado na planilha de custos e formação de preços, considerando-se 23 (vinte e três) dias de execução dos serviços para fins de cálculo do valor estimado do benefício. Eventual desconto do empregado deverá observar os limites e condições previstos na Convenção Coletiva de Trabalho aplicável e na legislação pertinente. O valor do auxílio-alimentação foi determinado com base nas seguintes Convenções Coletivas de Trabalho: SIND DOS TRAB EM EMP DE TRANSP RODOV DE PASSAG URB, INTERMUN, INTEREST, RETAM, TURISMO, ESC, CARGAS, LOG E DIFER DO MIN DO RJ - SINTRUCAD-RJ, CNPJ N° 10.635.706/001-83 (RJ001365/2025 AJUDANTE DE CARGA) e o SINDICARO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JENIRO-RJ, CNPJ N° 34.273.029/0001-69 (RJ000911/2026 (SUPERVISOR) - Vigência 01º de março de 2026 a 28 de fevereiro de 2027 e a data-base da categoria em 01º de março

5.5.16 A Contratada deverá incluir outros benefícios contemplados na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria pois, caso existam, deverão estar previstos na proposta de preços e justificados.

5.5.17 A contratada deverá apresentar a Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria - CCT juntamente com a sua proposta de preços final.

Do reembolso creche

5.5.18 A CONTRATADA deverá assegurar a inclusão do benefício de reembolso-creche aos empregados vinculados à execução contratual, quando aplicável, com fundamento no art. 3º, inciso III, do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, incluído pelo Decreto nº 12.926, de 13 de abril de 2026, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 13 de abril de 2026.

5.5.19 O benefício de reembolso-creche será devido à trabalhadora ou ao trabalhador que possua filho, enteado ou criança sob guarda judicial com até 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses de idade.

5.5.19.1 O Valor unitário é de R\$ 526,64 (quinhentos e vinte e seis reais e sessenta e quatro centavos) por dependente, por mês, nos termos do Anexo I da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 2026.

5.5.19.2 A CONTRATADA deverá adotar, na planilha de custos, o percentual de incidência de 20% (vinte por cento), nos termos do Anexo II da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 2026.

5.5.19.3 A CONTRATADA deverá observar, para fins de execução contratual e concessão do benefício, o quantitativo de postos alcançados e de beneficiários potenciais correspondente ao percentual adotado, conforme indicado no instrumento convocatório, totalizando [indicar o total de postos] postos e [indicar a quantidade estimada] beneficiários estimados.

5.5.19.4 A CONTRATADA deverá observar a convenção ou o acordo coletivo de trabalho aplicável à categoria profissional, para fins de concessão do benefício de reembolso-creche, nos termos dos arts. 3º e 4º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 2026.

5.5.19.5 Na hipótese de inexistência de benefício de natureza congênere previsto em norma coletiva, deverá ser concedido integralmente o reembolso-creche no valor estabelecido no Anexo I (R\$ 526,64 (quinhentos e vinte e seis reais e sessenta e quatro centavos) da referida Instrução Normativa.

5.5.19.6 Caso a norma coletiva preveja benefício congênere em valor inferior ao fixado no Anexo I (R\$ 526,64 (quinhentos e vinte e seis reais e sessenta e quatro centavos), a CONTRATADA deverá complementar a diferença até o valor ali estabelecido.

5.5.19.7 Quando a norma coletiva prever benefício congênere em valor igual ou superior ao valor de referência do Anexo I (R\$ 526,64 (quinhentos e vinte e seis reais e sessenta e quatro centavos), prevalecerão integralmente as disposições da norma coletiva, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 2026.

5.5.20 De acordo com o Anexo II da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 2026, é condicionado o reembolso-creche conforme o efetivo desembolso mensal da contratada, comprovado por nota fiscal, recibo ou documento equivalente (art. 6º, § 4º c/c art. 11, II e retomada no art. 16, § 1º, III).

5.5.20.1 O pagamento do reembolso-creche é condicionado à comprovação mensal, pela CONTRATADA, do efetivo desembolso em favor dos trabalhadores beneficiários, mediante nota fiscal, recibo, declaração de quitação ou documento equivalente emitido por instituição de educação infantil ou por prestador de serviço de natureza congênere, nos termos do art. 11, inciso II, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 2026.

5.5.20.2 É vedada à CONTRATADA a apropriação de eventual saldo não utilizado dos valores provisionados a título de reembolso-creche, nos termos do art. 15, § 2º, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 2026.

5.5.20.3 Caso o valor provisionado no exercício venha a se mostrar insuficiente para a cobertura contratual efetiva, o CONTRATANTE procederá à alteração dos valores, nos termos do art. 136, incisos II e IV, da Lei nº 14.133, de 2021, observado o art. 15, § 1º, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 2026.

5.5.20.4 Os valores previstos neste Termo de Referência são estimativos, ficando os pagamentos devidos à CONTRATADA condicionados aos quantitativos efetivamente executados e aos desembolsos efetivamente realizados no período, devidamente comprovados, quando aplicável.

5.5.21 A CONTRATADA deverá a dispor e manter atualizada, em relação a cada trabalhadora ou trabalhador beneficiário, a documentação exigida pelos arts. 7º e 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 2026, conforme se trate de benefício fundado no Decreto nº 12.174, de 2024, ou em convenção coletiva, acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa.

5.5.21.1 A CONTRATADA deverá registrar e manter atualizadas, no sistema Contratos.gov.br, as informações relativas aos trabalhadores beneficiários e respectivos dependentes, na forma do art. 9º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 2026, produzindo o registro os efeitos de ativação do benefício.

5.5.21.2 Como condição de ativação do benefício, o empregado firmará perante a CONTRATADA declaração acerca da eventual percepção de benefício da mesma natureza, por outra fonte, pública ou privada, em nome do mesmo dependente.

5.5.21.2.1 A CONTRATADA deverá arquivar o documento e, no prazo fixado pela fiscalização, remeter-lhe-á cópia, juntamente com os demais elementos exigidos para a habilitação do dependente. A declaração será atualizada anualmente ou a cada alteração de estado civil ou de guarda.

5.5.21.3 A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente à fiscalização administrativa os relatórios previstos no art. 13 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 2026, inclusive o relatório mensal extraído do sistema Contratos.gov.br.

5.5.22. A insuficiência ou irregularidade da documentação comprobatória, não sanada no prazo fixado pela fiscalização, ensejará a glosa dos valores ainda não quitados e a restituição dos valores já pagos, nos termos do art. 12 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 2026.

5.5.23 A CONTRATADA deverá declarar ciência de que o pagamento do reembolso-creche ao trabalhador beneficiário que apresentar a documentação exigida é devido independentemente do efetivo recebimento do valor pelo CONTRATANTE no mês de referência, quando houver atraso no repasse.

5.5.24 A fiscalização do contrato deverá acompanhar, ao longo da execução, a efetiva procura pelo benefício e o comportamento da taxa real de adesão, registrando-a nos relatórios periódicos previstos no Anexo VIII-B da Instrução Normativa SEGES nº 5, de 2017, com a redação da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 2026.

5.5.2.4.1 Havendo divergência relevante entre o percentual de incidência estimado, de regra, vinte por cento, e a realidade verificada, o gestor deverá avaliar a conveniência de promover alteração contratual para ajuste do provisionamento, nos termos do art. 136, II e IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.25 A fiscalização do contrato verificará, semestralmente, por amostragem, a regularidade, veracidade e consistência das informações prestadas, abrangendo, por beneficiário, ao menos um documento comprobatório por semestre, nos termos do art. 16, §§ 1º a 3º, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 147, de 2026.

5.5.26 A fiscalização administrativa deverá proceder ao registro das informações relativas aos trabalhadores beneficiários, com fundamento na documentação comprobatória apresentada pela CONTRATADA.

5.5.27 A CONTRATADA e a CONTRATANTE deverão observar o tratamento dos dados pessoais dos trabalhadores e dos dependentes, inclusive menores, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, assegurando a minimização da coleta, a vinculação à finalidade específica de ativação, comprovação e fiscalização do benefício, e a segurança das bases de dados do sistema Contratos.gov.br e dos autos do processo.

Da Remuneração:

5.5.28 Em relação à remuneração mínima dos profissionais alocados na prestação dos serviços, a Contratada deverá pagar salários em valor igual ou superior ao estipulado pela Administração, conforme detalhado na planilha de custos e formação de preços. Os valores salariais foram definidos com base nas seguintes Convenções Coletivas de Trabalho mencionadas no item anterior.

5.5.28.1 Uma vez publicado o Edital da licitação, eventuais homologações de novas Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) não interromperão o andamento do processo licitatório. O licitante vencedor, cuja proposta for homologada, terá o direito à repactuação dos custos decorrentes da nova CCT a ser utilizada.

5.5.28.2 Caso a licitante melhor classificada apresente proposta com salário inferior ao piso salarial estabelecido pela administração, deverá ajustar a sua proposta no prazo definido no Edital.

5.5.28.3 O não atendimento à solicitação do justo do salário no prazo fixado no Edital ou a recusa em fazê-lo implica a desclassificação da proposta da licitante.

5.5.28.4 O ajuste da proposta não poderá implicar aumento do seu valor global.

5.5.29 As licitantes deverão apresentar as Planilhas de Custos e Formação de Preços, cujos benefícios estejam com base em convenção coletiva de trabalho, ou outra norma coletiva mais benéfica, aplicável à categoria envolvida na contratação e à qual a licitante esteja obrigada, excetuando-se os valores referentes aos Salários e Auxílio de Alimentação.

5.5.29.1 A contratada deverá apresentar a Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria - CCT juntamente com a sua proposta de preços final.

5.5.30 Na hipótese de eventual repactuação do contrato, somente serão considerados os itens previstos nas respectivas planilhas.

5.5.31 Após o interregno de um ano, mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais poderão ser repactuados. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes.

5.5.32 A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos, nas conformidades iniciais.

5.5.33 Caso a licitante utilize instrumento coletivo distinto do adotado neste Termo de Referência, deverá indicar em sua proposta a convenção coletiva de trabalho ou a norma coletiva a que esteja obrigada.

5.5.34 No caso de a proposta da licitante o salário for inferior ao piso salarial estabelecido pela administração, será obrigada ajustar a sua proposta.

5.5.35 O salário pago ao empregado não poderá, em nenhuma hipótese, ser inferior ao piso definido pela Administração, independente dos demais benéficos regidos na Convenção Coletiva apresentada.

5.5.36 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

5.5.37 No caso de prorrogação contratual, decorridos 12 meses, a Contratada deverá apresentar ao Fiscal com antecedência de 15 dias, o cronograma de férias dos profissionais vinculados ao Contrato, assim como, os dados dos profissionais que os substituirão;

5.5.38 Manter, permanentemente, o contingente laborativo na quantidade necessária estabelecida, promovendo, para tanto, as substituições de profissionais, atendendo o perfil profissional requerido, em prazo hábil a resguardar a incolumidade, a continuidade e a pontualidade dos serviços.

5.5.39 Respeitar o prazo máximo para cobertura da mão de obra ausente por qualquer motivo (falta, férias, licença etc.) de 2 (duas) horas, a contar do início do horário estabelecido para o posto de serviço, sob pena de incorrer nas sanções previstas existentes no edital, por descontinuidade da prestação do serviço.

5.5.40 Substituir, no prazo acima mencionado, em caso de eventual ausência o empregado do posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato.

5.5.41 Os postos de trabalho que porventura estiverem descobertos, depois do prazo de tolerância de 2 (duas) hora, após o início do turno de trabalho, serão glosados no faturamento mensal a título de falta, sofrendo ainda impactos na avaliação da qualidade do serviço, conforme previsto no Instrumento de Medição de Resultado – IMR.

5.5.42 A Contratada deverá cumprir a CLT - Consolidação das Leis do Trabalho e, portanto, deverá apresentar, sempre que solicitado, documentações que evidenciem o cumprimento da Legislação vigente, como: Carteira de Trabalho, comprovante de depósito de férias etc. Os prazos para a apresentação das documentações solicitadas estarão descritos no documento de solicitação enviado, pelo Fiscal, à Contratada.

5.5.43 A Contratada deverá provisionar o percentual **de 40% de insalubridade nas planilhas de custo**, visando à sustentabilidade jurídico - financeira e isonomia entre os licitantes. Neste caso a Administração adotou-se como padrão o risco máximo de “40% de insalubridade”. Contudo, sua efetiva permanência como custo e correta distribuição dos percentuais versus graus de risco para fins de faturamento, condicionar-se-á ao (s) grau(s) de risco apontado(s) em Laudo Pericial, emitido por Engenheiro ou Médico do trabalho devidamente credenciado no MTE. A administração providenciará os Laudos, para verificar a ocorrência de exposição de riscos dos postos contratados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir do primeiro dia da vigência contratual. O pagamento efetivo do adicional só poderá ocorrer baseado nesse laudo, entregue à Fiscalização do contrato. Caso o laudo indique que não há exposição a riscos insalubres na totalidade dos postos ou se a insalubridade for apenas para alguns postos, as planilhas deverão ser alteradas para que o adicional contemple apenas o indicado, devendo haver à revisão dos custos contratuais.

5.5.44 A contratada deverá apresentar nos primeiros 60 (sessenta) dias de contrato, e anualmente, o PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos e o PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; Apresentar nos primeiros 30 (trinta) dias o ASO – Atestado de Saúde Ocupacional de cada trabalhador do contrato no momento de ocupação do posto de serviço e anualmente, em conformidade com a norma; para verificar a ocorrência de exposição de riscos dos postos contratados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir do primeiro dia da vigência contratual.

5.5.45 O salário-mínimo vigente deverá ser considerado como base de cálculo da referida insalubridade, exceto se estipulado outro indexador em Convenção Coletiva de trabalho utilizada pela licitante.

5.5.46 A empresa deverá elaborar a sua proposta segundo o REGIME DE TRIBUTAÇÃO a qual estará enquadrada durante a execução do contrato, não podendo se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

5.5.47 O preço ofertado pelos licitantes deve ser comprovadamente suficiente para cumprir suas obrigações legais, sociais e tributárias.

5.5.48 Em caso de prorrogação de vigência contratual, as seguintes prerrogativas de direitos deverão ser seguidas:

5.5.48.1 Amortização dos percentuais do Aviso Prévio Indenizado (API) de 0,42% para 0,042% e Aviso Prévio Trabalhado (APT) de 1,94% para 0,194%, em cumprimento as orientações dos órgãos de controle e determinação legal.

5.5.48.2 Apresentar o RAT Ajustado para atualização da planilha de custos e formação de preços.

5.5.48.3 Amortizar ou excluir as rubricas constantes dentro do módulo "Custo de Reposição do Profissional Ausente", alocada no módulo 4, da planilha de custos, caso seja identificado que não houve este gasto, conforme provisionado, ou ainda encaminhe novos dados estatísticos do período que justifique a manutenção ou alteração dos percentuais mencionados.

5.5.48.4 Em caso de renovação contratual, caso a Contratada seja optante pelo regime de tributação de incidência não cumulativa (Lucro Real) deverá apresentar o demonstrativo de apuração de contribuições sociais, demonstradas através da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) ou documentação equivalente, comprovando que os percentuais dos tributos adotados correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos, em virtude do direito de compensação dos créditos previstos na legislação especial, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

5.5.48.5 Contratada deverá responder, nos prazos legais, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale refeição, vale transporte, uniformes, crachás e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público.

Uniformes

5.6. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes.

5.6.1 O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.6.1.1 O uniforme deverá compreender as peças do vestuário que constam na Planilha de Custos e Formação de Preços.

5.6.1.2 conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 2 (duas) horas, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação.

5.6.2 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos de apresentação.

5.6.2.1 Todos os itens do conjunto de uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação da CONTRATANTE e, a pedido dela, poderão ser substituídos, caso não correspondam às especificações.

5.6.2 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.6.3 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.7.1. O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

Planejamento da Execução Contratual

5.8 A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato, o Plano de Trabalho, contendo:

- Procedimentos Operacionais Padrão (POP) aplicáveis a cada atividade prevista neste Termo de Referência;
- Procedimentos de contingência para situações de ausência de empregados, falhas operacionais, indisponibilidade de insumos ou riscos emergenciais, de forma a garantir a continuidade dos serviços.

Monitoramento e Avaliação dos Serviços

5.9 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Administração, nos termos dos arts. 117 e 118 da Lei nº 14.133/2021, por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), em consonância com a Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021 e o Decreto nº 10.947/2022.

5.9.1 O IMR contemplará indicadores objetivos relacionados a:

- Disponibilidade dos profissionais alocados por posto;
- Cumprimento das rotinas e horários de execução;
- Condições de organização, conservação e integridade dos ambientes e materiais;
- Atendimento às demandas corretivas e emergenciais;
- Entrega de relatórios de execução e checklists de vistoria;
- Cumprimento das práticas de sustentabilidade previstas no item 4 deste TR.

5.19.2 A contratada deverá apresentar relatórios mensais de execução, contendo:

- Registro das atividades realizadas em cada posto de trabalho;
- Descrição dos serviços prestados;
- Ocorrências, intercorrências e providências adotadas;
- Análise crítica dos resultados obtidos e eventuais medidas corretivas.

5.19.3 O não atendimento aos indicadores e metas estabelecidos no IMR poderá ensejar a aplicação de glosas no faturamento mensal e demais penalidades contratuais cabíveis, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5.1 A execução contratual será acompanhada e avaliada por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme previsto no art. 67, §4º da Lei nº 14.133/2021, sendo o pagamento das faturas condicionado à aferição positiva dos indicadores de desempenho previamente definidos, de forma a assegurar o cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada.

6.5.2 O descumprimento das obrigações será registrado no IMR e poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no contrato e na legislação vigente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.5.3 Poderão ser realizadas reuniões periódicas de acompanhamento, em cronograma definido pela fiscalização, destinadas à avaliação dos resultados alcançados, à identificação de eventuais desvios e, se necessário, ao replanejamento das rotinas de execução contratual.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da execução do contrato.

6.7.1. A frequência do preposto ao local da execução do contrato deverá ser acordada previamente com a fiscalização sendo obrigatória nos locais da execução sempre que se fizer necessário.

6.7.2 O preposto deverá estar em permanente contato com a fiscalização do contrato visando o repasse diário das informações referentes à execução dos serviços.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada, de forma contínua e efetiva, por um ou mais fiscais designados, titulares e substitutos, formalmente designados por portaria.

6.9.1 É vedado à Administração ou aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração da contratada.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, fixando prazo para sua correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1 Verificação das condições de alocação, presença, capacitação, apresentação e segurança dos profissionais disponibilizados, bem como da adequada utilização de insumos, equipamentos de proteção individual (EPIs), coletivos (EPCs) e materiais necessários à execução dos serviços.

6.16.2 Emissão de Ordens de Serviço ou solicitações formais de demanda, registradas em meio eletrônico ou documental, para direcionamento e acompanhamento das atividades de movimentação de cargas.

6.16.3 Controle da execução contratual, conforme os parâmetros técnicos e operacionais definidos neste Termo de Referência e no Plano de Trabalho aprovado, com verificação sistemática do cumprimento das rotinas e da qualidade dos serviços prestados.

6.16.4 Apuração e controle do atendimento às requisições emitidas pela Administração, verificando a tempestividade, a qualidade da execução e a conformidade com os indicadores estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultados (IMR), inclusive quanto ao atendimento das práticas de sustentabilidade previstas no item 4 deste TR.

6.17 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

6.18 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.19 Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

6.20 O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.21 O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.22 Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.23 O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

6.24 Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.25 Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

6.26 O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.27 O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

6.27.1 se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

6.27.2 se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

6.27.3 se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.27.4 se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.28 Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador.

6.29 Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.30 O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.30.1 se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.30.2 se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

Fiscalização Administrativa

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.33. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.33.1 Verificação das condições de habilitação, mês a mês, da contratada.

6.34. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.35. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações.

6.35.1 No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.35.1.1 no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.35.1.1.1 relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.35.1.1.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.35.1.1.3 exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.35.2 entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.35.2.1 Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.35.2.2 certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.35.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.35.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.35.3. Entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.35.3.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.35.3.2. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.35.3.3. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.35.3.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.35.3.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

6.35.3.6. Documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

6.35.1.4. Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.35.4. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.35.4.1. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.35.4.2. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.35.4.3. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.36. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.35.1 acima deverão ser apresentados.

6.37. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.38. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.39. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.40. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.41. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.42. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.43. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

- 6.44. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.45. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.
- 6.46. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.47. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.48. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 6.49. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 6.50. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.51. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.
- 6.52. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.53. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.54. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 6.55. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.56. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 6.57. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:
- 6.57.1. Diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e
- 6.57.2. Necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.
- 6.58. As compensações de jornada limitam-se:
- 6.58.1. À jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e
- 6.58.2. Ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.
- 6.59. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

- 6.60. A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.
- 6.61. A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.
- 6.62. A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.
- 6.63. O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.
- 6.64. O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.
- 6.65. A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:
- 6.65.1 até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;
 - 6.65.2 em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 6.66. O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.
- 6.67. Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

Gestor do Contrato

6.68. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.68.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.68.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.68.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.68.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.68.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.68.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.68.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.68.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.68.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.68.8.2 à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7 CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II.

7.1.1. O não atendimento satisfatório dos requisitos de desempenho, quando avaliados como “Ruim” ou “Péssimo” no Instrumento de Medição de Resultados – IMR, ensejará a aplicação de glosa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da fatura mensal de serviços. Os requisitos avaliados como “Ótimo” ou “Bom” não ensejarão descontos. As glosas decorrentes do IMR não afastam a aplicação de penalidades contratuais adicionais, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. , produtos Comprovação da execução dos serviços conforme os cronogramas estabelecidos, incluindo o registro das atividades realizadas, áreas tratadas aplicados e evidências de controle adotadas, devidamente validadas pela fiscalização técnica.

7.4.2. Cumprimento das exigências contratuais;

7.4.3. Avaliação via IMR (Instrumento de Medição de Resultados).

7.4.4 Regularidade da documentação exigida contratualmente, como relatórios mensais de execução, laudos técnicos de monitoramento e fichas de aplicação, conforme previsto nas normas da vigilância sanitária e ambientais vigentes.

7.4.5 Ausência de não conformidades graves e reincidentes, devidamente registradas em relatório de fiscalização.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5.2. Para fins de recebimento provisório considerar-se-á como conclusão da etapa mensal do objeto a prestação integral dos serviços no período de referência, compreendendo:

I – a execução regular das atividades rotineiras previstas neste Termo de Referência;

II – o atendimento integral das ordens de serviço emitidas no período;

III – a execução dos serviços extraordinários eventualmente autorizados;

IV – o fornecimento e reposição dos materiais, insumos e equipamentos previstos contratualmente; tudo acompanhado da apresentação da nota fiscal/fatura, dos relatórios de execução, da documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e da aferição preliminar dos indicadores previstos no Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório do objeto do contrato sob os aspectos técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado o período **mensal** para fins de faturamento.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1 O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. Será considerado ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo correspondente ou, havendo mais de um, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções.

7.18.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

7.18.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à quantidade, qualidade ou dimensão, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, e comunicada à empresa a emissão da Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa para liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético - profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES /ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar;

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o contratante adotará as medidas necessárias à rescisão contratual, assegurada ampla defesa ao contratado.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão efetuados normalmente até decisão final sobre rescisão, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *Preço ao Consumidor Amplo - IPCA* de correção monetária.

7.33.1 A utilização do índice de correção monetária IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo justifica-se por ser o indicador oficial adotado pelo Banco Central do Brasil para aferição da variação da inflação e o mais adequado para atualização monetária de contratos administrativos que envolvem serviços sem vínculo com insumos específicos ou tarifas públicas. Além disso, trata-se de índice de ampla aceitação em contratações públicas, conforme recomendações da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU), por refletir de forma geral o comportamento dos preços ao consumidor na economia brasileira.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, para crédito em conta bancária indicada pelo contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1 Independentemente do percentual informado na planilha, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reoneração gradual da folha de pagamento

7.38. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.38.1 O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.38.2 A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

Repactuação

7.39 Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.40 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.40.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.40.2 Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.41 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação da mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.41.1 Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.42. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.43. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.44. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de vantagens ou benefícios não previstos na proposta inicial, salvo se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.45. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.46. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.46.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.46.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.46.3. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.46.4. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.46.5. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.46.6. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.47 Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento o Índice de *Preço ao Consumidor Amplo - IPCA* de correção monetária, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^0 = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.48. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.49. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.50. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.51. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.52. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.53. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.54. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.55. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

- 7.56. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.
- 7.57. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 7.58. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.
- 7.59. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 30 (trinta) dias, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.
- 7.60. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 7.61. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.
- 7.62. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.63. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.
- 7.64. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.
- 7.65. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.
- 7.65.1 revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

Reajuste

- 7.66. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento atualizado, estimado em 02 de maio de 2026.
- 7.67. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de *Preço ao Consumidor Amplo - IPCA* de correção monetária exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.68. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.69. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o (s) índice(s) definitivo(s).
- 7.70. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.71. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.72. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.73. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de crédito

7.74. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.74.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.74.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.74.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.74.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.75. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Conta-Depósito Vinculada ou Pagamento por Fato Gerador

Conta-Depósito Vinculada

7.76. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.77. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.78. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.79. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.80. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores.

7.81. O montante dos depósitos da conta vinculada será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.81.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.81.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.81.3. Multa sobre o FGTS;

7.81.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.82. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5 /2017.

7.83. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.84. Os valores referentes às provisões mencionadas neste Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.85. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitem acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.86. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

7.87. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.88. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.89. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

8 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco decimo por cento) a 15% (quinze por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias

8.2.4.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e”, “f” e “g” a “h” de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.3.1 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “h” de 0,01% (um centésimo por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco decimo por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco decimo por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.

8.2.4.7.1 As penalidades às quais forem pertinentes e registradas nos subitens **8.2.4.1, 8.2.4.3, 8.2.4.3.1, 8.2.4.4 ao 8.2.4.7**, se condicionam às indicações demandadas na Portaria nº 01, de 24 de fevereiro de 2026, emitida pela **Diretoria Executiva da Fundação Oswaldo Cruz**, que regulamenta, no âmbito da Fiocruz, os procedimentos para apuração de responsabilidades em casos de infrações cometidas durante os processos licitatórios e nas etapas posteriores à sessão competitiva, além de definir critérios para a dosimetria na aplicação das respectivas sanções.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9 FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

Regime de Execução

9.2 O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.2.1. valor global: conforme valor estimado da contratação;

9.3. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada, utilizado(a) como paradigma: as Convenções Coletivas de Trabalho vigentes:

- **Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2027 do Estado de Rio de Janeiro** (SEMACO-RIO e SEAC-RJ, registro MTE nº RJ000911/2026 (SUPERVISOR) - Vigência 01º de março de 2026 a 28 de fevereiro de 2027 e a data-base da categoria em 01º de março

a) salário-base e adicionais, no valor de:

- **Supervisor de Cargas - R\$ 4.727,39**

b) Auxílio-alimentação, no valor de **R\$ 558,90**;

c) benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, a saber:

- i) Auxílio Transporte, no valor de R\$ 9,40;
- ii) Demais benefícios assegurados pela CCT utilizada.

- **Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2027 do Estado de Rio de Janeiro** (SINTRACARGAS-RJ, registro MTE nº RJ001365/2025).

a.a) salário-base e adicionais, no valor de:

- **Ajudante de Cargas - R\$ 1.735,58**;

b.b) Auxílio-alimentação, no valor de **R\$ 621,41**;

c.c) benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, a saber:

- i) Auxílio Transporte, no valor de R\$ 9,40;
- ii) Demais benefícios assegurados pela CCT utilizada.

9.3.1. Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral.

9.3.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos.

9.3.3. Os valores orçados pela Administração constam da planilha de custos e formação de preços.

9.3.4. O orçamento estimado da Administração foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa SEGES /ME nº 65 /2021, mediante aplicação da média sobre, no mínimo, três preços válidos. Para assegurar maior fidedignidade, procedeu-se ao saneamento da amostra, com a exclusão de valores inexequíveis e de valores manifestamente superiores à realidade de mercado, tecnicamente justificada.

9.3.4.1 As fontes utilizadas para a pesquisa (propostas formais, contratações similares, PNCP, ComprasGov e Painel de Preços), bem como a memória de cálculo, encontram-se devidamente juntadas ao processo administrativo. Nos termos do art. 18, VI, da Lei nº 14.133/2021, a estimativa está acompanhada dos preços referenciais, memórias de cálculo e documentos de suporte, garantindo transparência, rastreabilidade e coerência com o ETP.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Não será admitida a participação de sociedades cooperativas, em razão da natureza do objeto e das exigências técnicas, operacionais e de responsabilidade contratual envolvidas na execução dos serviços.

9.12.1. Considerando a natureza do objeto da presente licitação, que consiste na execução continuada de serviços mediante a alocação de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, com necessidade de supervisão permanente, cumprimento das obrigações trabalhistas e legais, bem como garantia de padronização na prestação dos serviços, é imprescindível assegurar a existência de estrutura organizacional com responsabilidade direta, clara e centralizada sobre a execução contratual. A participação de sociedades cooperativas, em virtude de sua forma de organização e da autonomia dos cooperados, pode comprometer a uniformidade, a rastreabilidade administrativa e o controle técnico-operacional, não atendendo, portanto, às exigências estabelecidas para a plena execução do objeto..

9.12.2 O objeto exige qualificação técnica e responsabilidade formal pela gestão da equipe alocada, demandando que a contratada possua estrutura administrativa própria, registro nos órgãos competentes, capacidade de resposta imediata e padronização de condutas em todas as unidades atendidas. Tais requisitos não se compatibilizam com o modelo de gestão de sociedades cooperativas, cuja autonomia dos cooperados pode comprometer a uniformidade dos procedimentos, a rastreabilidade administrativa e o controle operacional. Dessa forma, justifica-se a sua exclusão, com fundamento no interesse público, na segurança da execução e no princípio da eficiência previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal, sem prejuízo do disposto na legislação infraconstitucional aplicável.

9.13. Não será aceita a participação de consórcios, haja vista a natureza do objeto da licitação e as exigências técnicas e operacionais que envolvem a execução integral e contínua dos serviços.

9.13.1 Não será aceita a participação de consórcios, haja vista a natureza do objeto da licitação e as exigências técnicas e operacionais que envolvem a execução integral e contínua dos serviços. Dada a natureza específica e a complexidade da execução dos serviços de movimentação de Cargas — que exigem padronização de rotinas, supervisão permanente, cumprimento de obrigações trabalhistas e legais, além de resposta imediata às demandas da Administração —, a participação de consórcios não se mostra compatível com a gestão contratual desejada. Ademais, o valor estimado do contrato é considerado moderado, não justificando a formação de agrupamentos empresariais. A exigência de responsabilidade única e direta pela totalidade da execução do objeto impõe a necessidade de contratação de empresa individualmente habilitada, o que assegura maior controle, simplificação dos procedimentos administrativos e eficiência na fiscalização, nos termos do art. 37, caput, da Constituição Federal.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou das consolidações respectivas.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{array}{lcl} \text{LG} = & \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{SG} = & \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{LC} = & \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{array}$$

9.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo ou patrimônio líquido

mínimo de 10% do valor total estimado da contratação. aplicável para o contrato de escopo] OU [valor total estimado da contratação para o período de doze meses – aplicável para o contrato de serviço continuado] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

9.26.1 Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

9.26.2 Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.29.1 A exigência de declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, atestando o cumprimento dos índices econômicos previstos neste Termo de Referência, fundamenta-se na necessidade de conferir maior confiabilidade às informações contábeis apresentadas pelos licitantes, assegurando a adequada verificação da capacidade econômico-financeira para execução do objeto contratual.

9.20.2 Considerando que se trata de contratação de serviços continuados, com potencial impacto financeiro relevante decorrente de obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, a medida busca mitigar riscos de inadimplemento contratual e de descontinuidade da prestação dos serviços, conferindo maior segurança à Administração quanto à regularidade e consistência dos demonstrativos apresentados, nos termos do art. 69, §1º da Lei nº 14.133/2021.

9.21. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VI deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos :

9.21.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.21.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.22. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.23. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.23.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.24. Comprovação de aptidão para execução de serviço, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.24.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.24.1.1. Contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 01 (um) ano do fornecedor na prestação de serviços de manutenção de cargas, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

9.24.1.2 Contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo até 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.

9.24.1.2.1 A exigência justifica-se pela necessidade de assegurar que a licitante possua efetiva capacidade para a execução do objeto. A comprovação de experiência em contratos anteriores que abranjam, no mínimo, 50% da dimensão prevista nesta contratação é indispensável para demonstrar que a empresa dispõe de estrutura, recursos humanos e conhecimento técnico compatíveis com a complexidade dos serviços de manutenção de cargas. Tal medida está em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e contribui para mitigar riscos relacionados à continuidade, segurança e eficiência da execução contratual.

9.24.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.24.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.24.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.24.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.25. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.26. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.27. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.28. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizado pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.29. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.30. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.31. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação, que é o valor máximo aceitável pela Administração para fins de adjudicação, é de R\$ 1.637.109,92 (Um milhão, seiscentos e trinta e sete mil, cento e nove reais e noventa e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.

11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- **Subunidade:** Coordenação de Serviços Operacionais
- **Cadastro Diracweb:** Projeto 0032.2000.565 .00032 (Proc: 376/25-02 - Serviço Continuado de Movimentação de Cargas com dedicação exclusiva de mão de obra)
- **Gestão/Unidade:** 254462 (Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi)
- **PTRES / Ação:** 172771 / 2000 (Administração da Unidade)
- **Programa de Trabalho:** 10122003220000033
- **Fonte de Recurso:** 1002000000 (Custeio)
- **Natureza da Despesa:** 339037-01 (Apoio Administrativo, Técnico e Operacional)
- **Cadastro PCA:** Contratação 517/2026 | DFD 008/2026 | Grupo 671 | Serviço 15032

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12 DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 DISPOSIÇÕES FINAIS

As informações constantes neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 23/06/2026 às 15:11:09.

TADEU MONTENEGRO CHERMONT

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 23/06/2026 às 14:44:58.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I - ETP_83_2025_Movimentacao_Cargasassinado.pdf (556.59 KB)
- Anexo II - Anexo II - IMR - Movimentacao de Cargas.pdf (358.03 KB)
- Anexo III - Anexo III - UNIFORMES.pdf (59.11 KB)
- Anexo IV - Anexo IV - INSUMOS.pdf (40.49 KB)
- Anexo V - Anexo V - Formulário de Ordem de Serviço.pdf (283.64 KB)
- Anexo VI - Anexo VI - Modelo de Declaração de Contratos Firmados - IN 05 2027.pdf (71.45 KB)
- Anexo VII - Anexo VII - Vistoria.pdf (7.67 KB)
- Anexo VIII - Anexo VIII - Equipamentos.pdf (69.96 KB)

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS-FIOCRUZ

Estudo Técnico Preliminar 83/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25389.000376/2025-02

2. Descrição da necessidade

A presente contratação tem como objetivo propiciar aos servidores, pesquisadores e colaboradores dos *campi* Fiocruz condições adequadas para a movimentação de cargas, garantindo segurança, agilidade e organização no manuseio de materiais, equipamentos e insumos no âmbito da Instituição.

Os serviços de movimentação de cargas são essenciais para o desenvolvimento das atividades finalísticas da Fiocruz e deverão ser prestados de forma contínua, em razão de sua natureza permanente. Eventual interrupção dos serviços comprometeria o funcionamento regular das unidades administrativas, técnico-científicas e assistenciais, impactando diretamente a logística institucional e o suporte às atividades de pesquisa, ensino e saúde.

Nesse contexto, a contratação em tela visa atender às demandas operacionais diárias de movimentação e apoio logístico interno, tanto no expediente administrativo quanto na execução das atividades de pesquisa, assistência e ensino, assegurando que materiais e equipamentos cheguem adequadamente aos seus locais de uso dentro dos campi da Fiocruz.

Assim, descrevem-se abaixo, entre outras, as principais demandas que compõem as atividades essenciais relacionadas à movimentação de cargas:

- Movimentação de insumos (rações) do Instituto de Ciência e Tecnologia em Biomodelos (ICTB/Fiocruz);
- Apoio à movimentação interna de material hospitalar destinado ao IFF;
- Movimentação de insumos e materiais no âmbito do Centro Hospitalar e Farmácia – INI;
- Apoio às atividades da Central Analítica – PR;
- Apoio operacional às demandas da COGEAD em suporte às unidades assistenciais;
- Atendimento diário às demandas de Bio-Manguinhos.

Adicionalmente, são executadas atividades de movimentação de cargas pesadas e mudanças envolvendo, entre outros:

- Capelas e equipamentos laboratoriais;
- Insumos hospitalares;
- Freezers e ultra freezers (-70°C e -80°C);
- Mobiliários diversos.

Cumprir destacar que a empresa atualmente contratada apresentou solicitação de repactuação contratual indeferida pela Administração, conforme Ofício nº 39/2025/COGIC e manifestação do Serviço de Gestão de Contratos – GECONT. A negativa fundamentou-se na tentativa de inclusão do benefício “Prêmio por Tempo de Serviço (PTS)” na planilha de custos, benefício este que já constava na Convenção Coletiva de Trabalho vigente à época da licitação e, portanto, deveria ter sido previsto na proposta inicial. Como consequência, a empresa permanece obrigada ao pagamento do benefício sem possibilidade de repasse contratual, o que contribuiu para o desequilíbrio econômico-financeiro da execução.

No tocante à situação jurídica e fiscal da contratada, verifica-se, ainda, cenário de instabilidade, uma vez que a empresa se encontra vinculada a processos de recuperação judicial pendentes de trânsito em julgado, com recursos em trâmite no Superior Tribunal de Justiça e na 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital – TJRJ. Ademais, há questionamentos quanto à regularidade da CNDT, cuja exigibilidade encontra-se suspensa por decisão judicial, mas que apresenta inconsistências administrativas decorrentes da tramitação processual nas Varas do Trabalho.

Embora a contratada alegue que tais situações decorrem de fatores externos à sua atuação e que os pagamentos trabalhistas estejam sendo realizados por intermédio da Coordenadoria de Apoio à Execução (Caex) do TRT-RJ, verifica-se que sua condição jurídica e financeira se mostra

fragilizada, **gerando riscos à continuidade da prestação dos serviços e à segurança da Administração quanto à conformidade legal das obrigações assumidas.**

Diante desse cenário, mostra-se indispensável a abertura de **novo processo licitatório**, de modo a assegurar a continuidade da prestação dos serviços sem riscos de paralisação, garantindo a legalidade, a eficiência e a economicidade exigidas pela Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, os trabalhos aqui desenvolvidos visam subsidiar o futuro procedimento licitatório, tendo por objetivo identificar a solução mais adequada e eficiente para a prestação dos serviços de movimentação de cargas, de modo a assegurar o suporte logístico contínuo às atividades de todas as Unidades da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gestão de Gestão de Transporte - (SEGETRANS/CSO)	Tadeu Montenegro Chermont

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para a adequada prestação do serviço, a empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

Duração e continuidade: O contrato deverá ter duração mínima de 12 (doze) meses, com caráter continuado, até o limite máximo de 10 (dez) anos em consonância com o art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, observado o limite legal vigente, desde que mantida a vantajosidade.

Continuidade dos serviços: A solução adotada deve garantir a execução ininterrupta das atividades, de modo a não haver descontinuidade entre o término da vigência do contrato atual e a entrada em operação do novo contrato, em observância ao princípio da continuidade do serviço público (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

Adequação às necessidades institucionais: A empresa contratada deverá atender às especificidades da unidade contratante, contemplando as características descritas neste Estudo Técnico Preliminar (ETP), conforme o art. 40, §2º, II, da Lei nº 14.133/2021.

Abrangência das atividades: A solução deve garantir condições plenas para execução das atividades nos endereços da Fiocruz - RJ, sendo na sede atual: Avenida Brasil, nº. 4.365, Manguinhos, Rio de Janeiro - RJ; Instituto Fernandes Figueira (IFF), Avenida Rui Barbosa, nº.716, praia do Flamengo; Centro de Referência Professor Hélio Fraga Estrada do Curicica, nº 2.000, Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ e CFMA – Campus Fiocruz Mata Atlântica, Estrada Rodrigues Caldas, nº 3.400, Jacarepaguá, Rio de Janeiro /RJ, incluindo ambientes laboratoriais, administrativos e assistenciais.

Escopo temporal: A prestação dos serviços deve contemplar a execução diária das atividades, incluindo finais de semana e feriados, em observância ao princípio da eficiência (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

A solução deverá assegurar que todos os trabalhadores designados sejam devidamente capacitados e treinados para suas funções específicas (supervisor e ajudante de cargas), devendo apresentar comprovação de qualificação, certificados de treinamentos obrigatórios em segurança do trabalho e fornecimento integral de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs).

A solução deverá observar os critérios de sustentabilidade estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Controladoria-Geral da União – CGU, promovendo o uso racional de recursos e boas práticas ambientais na execução dos serviços, o que deverá ser comprovado mediante apresentação de declaração formal da contratada e evidências documentais de adoção de práticas sustentáveis, quando solicitadas pela fiscalização.

A escolha da solução deverá considerar práticas de responsabilidade socioambiental, visando à minimização de impactos ambientais decorrentes das atividades de movimentação, acondicionamento e transporte interno de materiais e equipamentos, devendo tal requisito ser demonstrado por meio da apresentação de procedimentos operacionais internos, comprovação de treinamentos realizados e orientações formais fornecidas aos empregados.

A contratação deverá assegurar a execução dos serviços em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e sustentabilidade, garantindo a adequada gestão dos recursos públicos e a qualidade da prestação contratual, sendo o atendimento a esses princípios comprovado por meio de relatórios de execução, avaliação periódica por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR) e registros de fiscalização contratual.

A empresa contratada deverá adotar procedimentos que assegurem a manutenção de ambiente de trabalho limpo, organizado e seguro para servidores, estudantes, pesquisadores, colaboradores e pacientes que circulam nas dependências da Fiocruz, observando a legislação aplicável e as normas internas da Instituição, sendo esse requisito verificado por meio de inspeções periódicas realizadas pela fiscalização do contrato.

As Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial:

- NR 01 – Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais;

- NR 06 – Equipamento de Proteção Individual (EPI);
- NR 11 – Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais;
- NR 17 – Ergonomia;
- NR 23 – Proteção contra Incêndios;
- NR 24 – Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho.

As normas e procedimentos internos da Fiocruz relacionados à segurança, à logística institucional e às boas práticas operacionais.

A empresa contratada deverá comprovar o cumprimento dessas normas por meio da apresentação de documentação trabalhista, registros de fornecimento de EPIs, comprovação de treinamentos obrigatórios, Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), atestados de saúde ocupacional e demais documentos exigidos pelos instrumentos contratuais e pela fiscalização do contrato.

5. Levantamento de Mercado

No processo de elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar, realizou-se análise comparativa de contratações similares efetuadas por órgãos e entidades da Administração Pública, com o objetivo de identificar modelos de prestação de serviços, composições de custos e parâmetros de mensuração adotados em contextos equivalentes. Para isso, foram consultados editais, Termos de Referência e contratos disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal (COMPASNET), bem como em bases de transparência de instituições federais, estaduais e municipais (Processos SEI). A análise teve como finalidade compreender as práticas predominantes de contratação para serviços de movimentação de cargas.

Assim, o mercado de potenciais prestadores para os serviços de movimentação de cargas é bastante vasto, uma vez que as tecnologias e rotinas gerais para sua execução são objeto de normatização e legislação. Embora exista necessidade de que as empresas prestadoras tenham expertises na gestão de contratação de pessoas (mão de obra), há diversos prestadores atuando neste setor, não se vislumbrando limitações específicas de mercado que restrinjam a pretensa contratação.

Em referência à execução atual, através do contrato nº 09/2022, processo nº 25389.000213/2021-98, empresa Gaia Service Tecnologia e Serviços LTDA, a execução é realizada por posto de trabalho, sendo um total anual de R\$ 1.196.931,22 (um milhão, cento e noventa e seis mil, novecentos e trinta e um reais e vinte e dois centavos) .

O contrato atual encontra-se no 3º Termo Aditivo, por um período de até 12 (doze) meses *pro rata temporis*. Essa forma de execução tem se mostrado adequada em razão das atividades de transportes serem habituais e rotineiras. Tais atividades fazem parte da rotina de todos os *campi* Fiocruz. Assim, no atual modelo de execução, há postos de trabalho da contratada à disposição da Administração, para que executem prontamente atividades e tarefas de seu interesse e necessidade.

Isto posto, na busca das alternativas possíveis e melhor solução, pretendendo atender com **eficiência** e **eficácia** a necessidade descrita no item 2 deste ETP, foram observadas algumas formas para atendimento desses objetivos. Nesse sentido, há a possibilidade de classificarmos **três possíveis soluções**, conforme abaixo:

1) Execução dos serviços de movimentação de cargas por equipe própria da Fiocruz

Ponto Forte:

Possibilita maior controle direto das atividades e integração imediata às rotinas institucionais, com alinhamento integral às diretrizes internas da Fiocruz.

Ponto Fraco:

Revela-se inviável em razão da inexistência de cargos específicos no quadro de pessoal, além de demandar elevados custos com recrutamento, capacitação, encargos trabalhistas e gestão de pessoal, comprometendo a economicidade da solução.

2) Contratação de empresa terceirizada para prestação dos serviços por demanda/tarefa

Ponto Forte:

Reduz custos com ociosidade da mão de obra, uma vez que o pagamento ocorre apenas quando houver execução dos serviços.

Ponto Fraco:

Não assegura disponibilidade imediata de equipe, podendo gerar atrasos no atendimento de demandas urgentes. Além disso, a ausência de vínculo fixo dificulta a padronização dos serviços e aumenta o risco de descontinuidade operacional.

3) Contratação de empresa terceirizada para prestação contínua dos serviços, com dedicação exclusiva de mão de obra

Ponto Forte:

Assegura continuidade, regularidade e previsibilidade na prestação dos serviços, com equipe treinada e dedicada às rotinas da Instituição. Oferece maior controle e organização operacional, reduz riscos de interrupções e possibilita melhor planejamento das atividades logísticas.

Ponto Fraco:

Gera custo fixo mensal e exige dimensionamento adequado da força de trabalho para evitar ociosidade, além de demandar acompanhamento contratual sistemático por parte da Administração.

6. Descrição da solução como um todo

A solução adotada foi a Opção 3 – Contratação de empresa terceirizada para prestação contínua dos serviços de movimentação de cargas, com dedicação exclusiva de mão de obra.

Essa solução foi considerada a mais adequada para atender às necessidades permanentes da Fiocruz, assegurando regularidade, continuidade, disponibilidade imediata da equipe e controle operacional da prestação dos serviços, em consonância com o caráter essencial das atividades desenvolvidas pela Instituição.

A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação contínua dos serviços de movimentação de cargas, executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, abrangendo todas as dependências da Fiocruz no estado do Rio de Janeiro, bem como em outros estados da federação, conforme demanda institucional.

O modelo adotado é de serviço continuado, com contrato inicialmente firmado por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos até o limite de 10 (dez) anos, conforme os artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

A contratação será estruturada com postos de trabalho fixos, compostos por:

- ajudantes de movimentação de cargas;
- supervisores

O quantitativo de postos de trabalho foi dimensionado considerando o perfil das demandas, o volume operacional e o histórico de execução do contrato, de modo a assegurar capacidade operacional suficiente para atendimento regular e eventual.

Além dos postos fixos, o contrato preverá a possibilidade de execução de serviços extraordinários, mediante solicitação formal da Administração, quando houver necessidade de reforço operacional, demandas atípicas ou atividades fora da rotina previamente estabelecida.

A prestação regular dos serviços ocorrerá de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 17h.

O Termo de Referência contemplará a possibilidade de realização de horas extras, quando necessário para atender demandas excepcionais, atividades urgentes, emergenciais ou de interesse institucional, mediante autorização prévia da Administração.

As horas extras:

- deverão estar previstas na planilha de custos e formação de preços;
- serão pagas conforme a legislação trabalhista vigente;
- somente poderão ser executadas sob demanda formal da fiscalização do contrato;
- estarão sujeitas a controle e validação por parte da Administração.

Previsão de Diárias

Considerando a possibilidade de atendimento em outros estados da federação, o contrato preverá a concessão de diárias para os empregados da contratada quando houver necessidade de deslocamento a serviço da Fiocruz.

As diárias:

- deverão constar expressamente na planilha de custos;
- cobrirão despesas de hospedagem, alimentação e deslocamento;

- somente serão devidas mediante autorização formal da Administração;
- serão limitadas estritamente ao período de execução dos serviços fora da localidade de lotação habitual;
- estarão sujeitas à comprovação e fiscalização.

A contratada deverá:

- fornecer uniformes completos no início do contrato e realizar reposição periódica;
- fornecer EPIs e EPCs conforme Normas Regulamentadoras (NRs) aplicáveis;
- disponibilizar materiais e equipamentos conforme planilha de custos;

É vedada a indicação de marcas e assegurando-se a conformidade com os padrões de qualidade exigidos pela Fiocruz.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A definição do quantitativo de postos de trabalho foi realizada com base na análise da série histórica de execução contratual e no volume de Ordens de Serviço efetivamente executadas nos últimos 12 (doze) meses. Verificou-se que o quantitativo atualmente adotado tem sido suficiente para atender à demanda regular e extraordinária de movimentação de cargas, sem registro de ociosidade da equipe nem comprometimento da qualidade ou dos prazos de atendimento

7.1.1 Para fins de dimensionamento, deverão ser considerados os seguintes **quantitativos de postos de trabalho** em regime de 44 horas semanais:

Função	Carga Horária	Quantitativo
Ajudante de carga	40h semanais	15 profissionais
Supervisor	40h semanais	02 profissionais
Total		17 profissionais

7.1.2 Para fins de dimensionamento de **uniformes, EPIs e EPCs**, deverão ser considerados os seguintes quantitativos:

AJUDANTE DE CARGAS				
Uniformes				
Descrição	Total	Valores		
		Unitário	Anual	Mensal
BLUSA GOLA POLO, TECIDO EM ALGODÃO, NA COR ESCURA (PRETO OU AZUL MARINHO).	3	R\$ -	R\$ -	R\$ -
BOTA CANO CURTO COM RESISTENCIA A QUEDA DE OBJETOS	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CALÇA JEANS COR AZUL ESCURO	2	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PAR DE MEIA PRETO (GROSSA)	3	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		R\$ -	R\$ -	R\$ -
		R\$ -	R\$ -	R\$ -
		R\$ -	R\$ -	R\$ -
		R\$ -	R\$ -	R\$ -
		R\$ -	R\$ -	R\$ -
Valor mensal do custo de uniformes do Ajudante de Cargas				R\$ -

EPIs				
PAR DE LUVA TIPO PETROLEIRO	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PAR DE LUVA DE PANO	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CINTO ABDOMINAL	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CAPACETE DE SEGURANÇA - Para proteção da cabeça contra impactos provenientes de queda	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		R\$ -	R\$ -	R\$ -
		R\$ -	R\$ -	R\$ -
		R\$ -	R\$ -	R\$ -
		R\$ -	R\$ -	R\$ -
		R\$ -	R\$ -	R\$ -
Valor mensal do custo de EPIs do Ajudante de Cargas				R\$ -

SUPERVISÃO DE CARGAS				
Uniformes				
Descrição	Valores			
	Total	Unitário	Anual	Mensal
BLUSA GOLA POLO, TECIDO EM ALGODÃO, NA COR ESCURA (PRETO OU AZUL MARINHO).	3	R\$ -	R\$ -	R\$ -
BOTA CANO CURTO COM RESISTENCIA A QUEDA DE OBJETOS	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CALÇA JEANS COR AZUL ESCURO	2	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PAR DE MEIA PRETO (GROSSA)	3	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		R\$ -	R\$ -	R\$ -
		R\$ -	R\$ -	R\$ -
		R\$ -	R\$ -	R\$ -
		R\$ -	R\$ -	R\$ -
		R\$ -	R\$ -	R\$ -
Valor mensal do custo de uniformes do Supervisor de Cargas				R\$ -
EPIs				
PAR DE LUVA TIPO PETROLEIRO	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PAR DE LUVA DE PANO	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CAPACETE	1	R\$ -	R\$ -	R\$ -
		R\$ -	R\$ -	R\$ -
		R\$ -	R\$ -	R\$ -
		R\$ -	R\$ -	R\$ -
		R\$ -	R\$ -	R\$ -
		R\$ -	R\$ -	R\$ -
Valor mensal do custo de EPIs do Supervisor de Cargas				R\$ -

7.1.3 Para fins de dimensionamento de **Mobiliário**, deverão ser considerados os seguintes quantitativos:

MOBILIÁRIO			
Descrição	Quant.		
	Qtd. Total	20	Custo Unitário
Armários simples, com divisão no sentido vertical, de forma que os compartimentos se destine a abrigar rigorosamente o isolamento das roupas de uso comum e de uso mde trabalho, com dimensões em conformidade com a NR.24.	4	5	R\$ -

7.1.4 Para fins de dimensionamento de **equipamentos**, deverão ser considerados os seguintes quantitativos:

EQUIPAMENTOS			
Descrição	Quant.		Custo Unitário
	Qtd. Total	1	
Transpaleta Manual TM2500 RSN 525 (carro hidráulico), com capacidade de carga de 2.500 kg, equipado com rodas simples em nylon, sendo uma roda localizada em cada extremidade do garfo. Trata-se de um equipamento básico e indispensável para a movimentação horizontal de cargas paletizadas, adequado para operação em paletes abertos e paletes dupla face.	1		R\$ -

7.1.5 Para fins de dimensionamento de **insumos diversos**, deverão ser considerados os seguintes quantitativos:

INSUMOS DIVERSOS						
Descrição dos Insumos Diversos: Item XXXXX Termo de Referência	Quantidade Estimada para 12 meses	Unidade de Medida	Custo Unitário Sem CITL	Alíquota CITL	Custo Unitário Após CITL	Custo Total
Plástico Bolha (cor branco) - Rolo com 100 metros	20	Rolo	R\$ -	0,00%	R\$ -	R\$ -
Corda de Seda meia polegada	100	Metro	R\$ -		R\$ -	R\$ -
Cobertores (Tipo Paraíba)	30	Unidade	R\$ -		R\$ -	R\$ -
cinta suspensão carga, material: poliéster, comprimento: 2 m, largura: 9 cm, capacidade: 3 t, aplicação: suspensão e amarração de cargas	8	Unidade	R\$ -		R\$ -	R\$ -
cinta suspensão carga, material: poliéster, comprimento: 9 m, largura: 5 cm, capacidade: 4 t, aplicação: suspensão e amarração de cargas, características adicionais: 2 ganchos e 1 catraca	4	Unidade	R\$ -		R\$ -	R\$ -
Carro Plataforma Com Tampo Em Madeira Capacidade De 600 Kg	1	Unidade	R\$ -		R\$ -	R\$ -
Carro de Carga para até 150kg Equipado com 2 rodas pneumáticas	2	Unidade	R\$ -		R\$ -	R\$ -
Calço de Borracha para Caminhão	2	Pares	R\$ -		R\$ -	R\$ -
Anilha / Manilha para Cabo de Aço	4	Unidade	R\$ -		R\$ -	R\$ -
Cintas de Amarração de Carga com Catraca. Capacidade 4000Kg	2	Unidade	R\$ -		R\$ -	R\$ -
Cintas de Amarração de Carga com Catraca. Capacidade 3000Kg	2	Unidade	R\$ -		R\$ -	R\$ -
			R\$ -		R\$ -	R\$ -
			R\$ -		R\$ -	R\$ -
Valor Total Anual dos Insumos Diversos Conforme Tabela do Item xxxxx do Termo de Referência					R\$	-

7.1.6 Para fins de dimensionamento de **Diárias**, deverão ser considerados os seguintes quantitativos:

Destino	Quantidade	Valor de referência da Diária
Brasília/Manaus/Rio de Janeiro/São Paulo	25	R\$
Outras Capitais de Estados	25	R\$
Demais Localidades	75	R\$

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.589.900,90

Para subsidiar a estimativa de preços da contratação de Serviços de movimentação de Cargas para o campus Manguinhos Fiocruz/RJ executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito da Fiocruz/RJ, foi adotada a metodologia de estimativa de preços, em conformidade com as normas e boas práticas de planejamento de contratações públicas.

As fontes utilizadas para a pesquisa de preços encontram-se detalhadas e documentadas nos autos, em observância ao art. 18, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, assegurando transparência, rastreabilidade e coerência com o Estudo Técnico Preliminar (ETP).

As pesquisas de mercado consideraram as seguintes bases de consulta:

- Processos licitatórios de outros órgãos e entidades públicas;
- Portal ComprasNet e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- Portal da Transparência, com análise de notas fiscais e contratos públicos;
- Consultas diretas a empresas especializadas na prestação de serviços de brigada de incêndio e bombeiros civis;
- Contratações similares realizadas pela Administração Pública, em conformidade com o art. 5º, §1º, da IN SEGES/ME nº 65/2021

O preço estimado será obtido a partir da média dos valores apurados nas cotações válidas, cujos resultados constaram do mapa comparativo de preços juntado ao processo administrativo. A metodologia adotada visa estabelecer um valor de referência representativo do mercado, compatível

com as condições técnicas e operacionais do serviço a ser contratado. Na consolidação dos dados, foram observadas as especificações técnicas compatíveis com os serviços demandados, bem como as condições comerciais usuais, incluindo prazos de execução, formas de pagamento, encargos sociais, benefícios previstos em convenção coletiva, incidências tributárias e demais custos indiretos aplicáveis.

Parâmetros de Formação do Custo e Composição de Preços

Os parâmetros para estimativa para Custos Indiretos e Lucro Preços foram baseados no recomendado pelo Tribunal de Contas da União - TCU, como boas práticas de preenchimento da planilha de custos e formação de preços, quais sejam, os percentuais de lucro de 5% e custo indireto de 10%. A empresa elaborará a proposta segundo o REGIME DE TRIBUTAÇÃO a qual estará enquadrada durante a execução do contrato.

O percentual do ISS na alíquota correspondente ao local da prestação dos serviços, conforme destacado na Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços. Para efeito de estimativa de preços da Administração foram consideradas as alíquotas máximas do Lucro Presumido de: PIS 0,65%; COFINS 3,00%; ISS 5,00%.

Com o intuito de estabelecer o princípio da isonomia da licitação, bem como estabelecer o valor para pagamento do auxílio transporte à contratada, a Fiocruz estabeleceu a tarifa do Bilhete Único Intermunicipal para ida e volta para todos os profissionais dos postos de trabalho, no valor de 2 x R\$ 9,40 (nove reais e quarenta centavos) por viagem.

A despesa decorrente do auxílio transporte para os profissionais que ultrapassarem o limite estabelecido no parágrafo anterior, deverá ser arcada pela empresa contratada, sem ônus à Fiocruz. O valor que será pago à contratada pelo auxílio-transporte será o mesmo efetivamente pago ao trabalhador, respeitando o valor máximo informado em planilha de custo.

Fica a cargo da contratada definir junto aos seus funcionários as modalidades de transporte público para deslocamento até o local da execução dos serviços, considerando as seguintes variações para efeito de pagamento: trens urbanos ou metrô; ônibus municipais e intermunicipais.

Será descontada do custo supracitado, a contrapartida de 6% sobre o salário do terceirizado, exceto quando esta contrapartida for alterada pela Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional.

Para os postos de Supervisor e Ajudante de Carga foram estimados 23 dias de execução dos serviços, já incluído 6% de desconto sobre o salário base do profissional.

No momento da execução e fiscalização, a Administração, irá considerar para pagamento, apenas os dias efetivamente trabalhados.

Procedeu-se à avaliação crítica dos preços levantados, utilizando a aplicação do desvio padrão com o objetivo de conferir maior equilíbrio ao conjunto de dados e identificar eventuais valores discrepantes ou inexequíveis. Nesse diapasão, tal metodologia utilizando o quociente de variação, visa garantir que os parâmetros estejam compatíveis com a realidade e mercado e economicamente viáveis para o certame. Uma vez que propostas excessivamente baixas podem indicar risco de inexecuibilidade, enquanto valores muito altos fogem dos padrões de mercado, a aplicação desses critérios proporcionam uma maior segurança e confiabilidade na escolha da proposta mais vantajosa para a administração pública, ao mesmo tempo em que previnem a seleção de propostas que possam comprometer a execução do serviço por falta de viabilidade financeira ou por custos excessivos.

A estimativa de preços referenciais obtidos considerou as metodologias de pesquisa abaixo descritas:

Preço tem com base nas seguintes Convenções Coletivas de Trabalho: SIND DOS TRAB EM EMP DE TRANSP RODOV DE PASSAG URB, INTERMUN, INTEREST, RETAM, TURISMO, ESC, CARGAS, LOG E DIFER DO MIN DO RJ - SINTRUCAD-RJ, CNPJ N° 10.635.706/001-83 (RJ001365/2025 AJUDANTE DE CARGA) e o SINDICARO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO MINICÍPIO DO RIO DE JANEIRO-RJ, CNPJ N° 34.273.029/0001-69 (RJ001061/2025 SUPERVISOR), com utilização dos benefícios aos trabalhadores previstos nas CCTs, conforme abaixo descrito:

Ajudantes de Carga:

Descrição do Posto	Piso Salarial da Categoria (Cláusula 3°)	Auxílio-Refeição /Alimentação (Cláusula 10°)	Assistência Médica e Odontológica (Cláusula 12°)	Seguro de Vida (Cláusula 14°)	Abono Pecuniário (Cláusula 8°)	Prêmio por Tempo de Serviço (PTS) (Cláusula 15°)
Ajudante de Cargas	R\$ 1.735,58	R\$ 30,02	R\$ 35,00	R\$ 10,50	R\$ 1.453,42	R\$ 86,78

Supervisores:

Descrição do Posto	Piso Salarial da Categoria (Cláusula 3°)	Auxílio-Alimentação (Cláusula 21°)	Plano de Assistência Médica (Cláusula 24°)	Benefício Social Familiar (Cláusula 27°)	Plano Odontológico (Cláusula 25°)
--------------------	--	------------------------------------	--	--	-----------------------------------

Supervisão de Cargas	R\$ 4.418,12	R\$ 25,00	R\$ 50,52	R\$ 21,60	R\$ 16,50

Com base nesse levantamento e na utilização das CCTs supracitadas como parâmetro, foi estabelecido um valor médio de referência compatível com a realidade de contratação, assegurando equilíbrio econômico-financeiro, conformidade com os princípios da economicidade e observância da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração (art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021).

Para efeito de isonomia das propostas deverá incluir nas planilhas de custos o percentual de 40% referente ao adicional de insalubridade, adotado como padrão pela Administração, considerando o grau máximo de risco. Essa previsão visa garantir a sustentabilidade jurídico-financeira do contrato e a isonomia entre os licitantes.

O pagamento efetivo desse adicional estará condicionado à comprovação, pela Contratada, da correta aplicação da legislação trabalhista e deverá constar na folha de pagamento dos empregados designados para a execução dos serviços, cabendo à Fiscalização do Contrato verificar mensalmente a conformidade das planilhas de custos e encargos sociais. Em caso de alteração superveniente da base normativa aplicável ou entendimento administrativo/judicial que modifique os critérios de cálculo, a planilha de custos deverá ser ajustada por meio de apostilamento, assegurando-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em consonância com o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

A Contratada deverá incluir outros benefícios contemplados na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria pois, caso existam, deverão estar previstos na proposta de preços e justificados.

Os parâmetros para estimativa dos preços referenciais de uniformes, insumos diversos e equipamentos foram baseados na estimativa de preços, como em pesquisa de mídia especializada e pregões eletrônicos do ramo da prestação de serviços. Seguem abaixo as estimativas mensais por categorias profissionais:

Categoria Profissional	Uniforme e EPI e EPC (Valor Mensal)	Insumos Diversos (Valor Mensal)	Equipamentos (Valor Mensal)
Ajudante de Carga	R\$ 61,58	R\$ 830,99	R\$ 17,09
Supervisor de Carga	R\$ 56,55		

Observação 01: O valor total mensal dos insumos diversos e equipamentos é dividido pela quantidade total de postos do contrato

Observação 02: Os custos unitários de Uniformes e EPIs; equipamentos e ferramentas, conforme disposto neste estudo, estão previstos na planilha de custos e formação de preços.

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		Memória de Cálculo	Fundamento
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	<p>DTS = 1/12</p> <p>Art.7º, VIII, CF /88. Caderno de Logística com Orientações básicas sobre a operacionalização da Conta Vinculada nos termos da alínea “a” do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017. Tabela do subitem 2.4.1 reserva mensal para o pagamento de encargos trabalhistas - percentual incidente sobre a remuneração.</p>
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	<p>FAF = 1/11 x R + 1/3 x 1/11 x R</p> <p>% Conta Vinculada- Anexo XII da IN nº 05 /2017. Caderno de Logística com Orientações básicas sobre a operacionalização da Conta Vinculada nos termos da alínea “a” do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017. Tabela do subitem 2.4.1 reserva mensal para o pagamento de encargos trabalhistas - percentual incidente sobre a remuneração.</p>

C	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	6,57%	Incidência da alíquota total do submódulo 2.2 x (custo de décimo terceiro + custo de férias e adicional de férias)	% Conta Vinculada- Anexo XII da IN nº 05 /2017. Caderno de Logística com Orientações básicas sobre a operacionalização da Conta Vinculada nos termos da alínea “a” do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		26,02%		
Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%		
A	INSS	20,00%	20%	Art.22, Inciso I da Lei 8.212/91
B	Salário Educação	2,50%	2,50%	Art.3º, Inciso I, Decreto 87.043/82
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,00%	RAT: 1%, 2% ou 3% x FAP: 0,5 a 2%	RATxFAT – Fundamentação: art. 22, inciso II, alíneas ‘b’ e ‘c’, da Lei nº 8.212 /91. Conforme GFIP do mês anterior à data da proposta – Para estimativa, considerado o maior valor possível.
D	SESC ou SESI	1,50%	1,50%	Art.3º, da lei 8036/90
E	SENAI - SENAC	1,00%	1,00%	Decreto 2.318/86
F	SEBRAE	0,60%	0,60%	Art.8º, Lei 8029/90 e Lei 8154/90
G	INCRA	0,20%	0,20%	Lei 7787/89 e DL 1146/70
H	FGTS	8,00%	8,00%	Art.15, da Lei 8036/90 e Art.7º III, CF
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		33,80%		
MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			Memória de Cálculo	Fundamento
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%		
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	$((1/12) \times 0,05) \times 100 = 0,42\%$	Trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio, conforme disposto no § 1º do art. 487 da CLT. De acordo com levantamento efetuado em diversos

				contratos, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho. Arrolado no item 22 do Acórdão 6771/2009 do TCU
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	% Aviso Prévio Indenizado x % FGTS = 0,03%	Súmula nº 305/TST e Acórdão TCU 2.217/2010 - Plenário.
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	2,00%	Multa do API	Caderno de Logística Conta Vinculada. Acórdão 2161/2021TCU-Plenário
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	$(7/30)/12 \times 100 = 1,94\%$	Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 e ss da CLT. Refere-se à indenização de sete dias corridos devida ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e conceder aviso prévio, conforme disposto no art. 488 da CLT. (Acórdão TCU 1186/2017).
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,66%	% Aviso Prévio trabalhado x % total submódulo 2.2	Súmula nº 305/TST
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	2,00%	Multa do APT	Caderno de Logística Conta Vinculada. Acórdão 2161/2021TCU-Plenário - Art. 1º, caput, e parágrafo único da Lei nº 12.506/2011
TOTAL DO MÓDULO 3		7,05%		

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Memória de Cálculo	Fundamento
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		%	
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	% submódulo 2.2 alínea b - férias e adicional = 19,44 / 12 meses = 1,62% (em nosso entendimento o repositor deverá possuir os mesmos direitos do efetivo, garantidos pela CLT, porém proporcional a 1/12 avos.
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	$((1 / 30) / 12) \times 100 = 0,28\%$
			Lei 6367/76 e o art. 473 da CLT elencam as motivações de falta de empregados ao serviço sem que haja prejuízo ao salário correspondente. De acordo com dados estatísticos do IBGE, arrolado no item 20 do Acórdão 6771/2009 do TCU, cada empregado falta um dia por ano, a esse título.
			Criada pelo art. 7º, inciso XIX da CF, combinado com o art. 10, §1º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT -, concede ao empregado o direito de ausentar-se do serviço por cinco dias
			$((5 / 30) / 12) \times$

C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	0,015 X 100 = 0,02%	quando do nascimento de filho. De acordo com o IBGE, nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano. Arrolado no item 20 do Acórdão 6771 /2009 do TCU.
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	$((15 / 30) / 12) \times 0,0078 \times 100 = 0,03\%$.	O artigo 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01 /84, obriga o empregador a assumir o ônus financeiro pelo prazo de 15 dias, no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT. De acordo com os números mais recentes apresentados pelo Ministério da Previdência de Assistência Social, baseados em informações prestadas pelos empregadores, por meio da GFIP, 0,78% (zero vírgula setenta e oito por cento) dos empregados se acidentam no ano. Arrolado no item 20 do Acórdão 6771 /2009 do TCU.
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	$0,0144 \times 0,1 \times 0,4509 \times 6/12 = 0,03\%$.	De acordo com dados estatísticos do IBGE, a taxa de natalidade brasileira é de 1,44%. Estima-se que 10% das empregadas engravidam em cada ano de execução contratual. Considerando-se o custo de encargos como sendo 45,09% da remuneração (CPP 20,00% + SAT 4,00% + 13º Salário 9,09% + FGTS 8,00% + Multa Rescisória 4,00%) e que a licença-maternidade dure 6 meses, a provisão para este item corresponde ao cálculo:
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (por Doença)	1,66%	5,96/30/12	Art. 476 da CLT; art. 6º, §1º, alínea "f", da Lei 605/49 c/c art. 12, alínea "f", do Decreto 27.048/49 e Acórdão TCU nº 1.753/2008 Plenário. Dados estatísticos: 5,96 dias /ano IBGE.
G	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%		
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		3,64%		
Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada		%		
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	Não há previsão de forma ininterrupta de execução, portanto, este custo ficará zerado.	

Em caso de prorrogação de vigência contratual, as seguintes prerrogativas de direitos deverão ser seguidas.

Observação 1: Amortização dos percentuais do Aviso Prévio Indenizado (API) de 0,42% para 0,042% e Aviso Prévio Trabalhado (APT) de 1,94% para 0,194%, em cumprimento as orientações dos órgãos de controle e determinação legal.

Observação 2: Apresentar o RAT Ajustado para atualização da planilha de custos e formação de preços.

Observação 3: Amortizar ou excluir as rubricas constantes dentro do módulo "Custo de Reposição do Profissional Ausente", alocada no módulo 4, da planilha de custos, caso seja identificado que não houve este gasto, conforme provisionado, ou ainda encaminhe novos dados estatísticos do período que justifique a manutenção ou alteração dos percentuais mencionados.

Observação 4: Em caso de renovação contratual, caso a Contratada seja optante pelo regime de tributação de incidência não cumulativa (Lucro Real) deverá apresentar o demonstrativo de apuração de contribuições sociais, demonstradas através da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) ou documentação equivalente, comprovando que os percentuais dos tributos adotados correspondem à média dos percentuais efetivos.

Diante do exposto, conclui-se que o valor do novo contrato decorre de fatores técnicos, quantitativos e legais, não configurando mero reajuste, mas sim redimensionamento da força de trabalho contratada, atualização de valores de mercado e inclusão de provisão para materiais necessários à execução contratual. Assim, a nova contratação mostra-se viável, regular e vantajosa, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e continuidade do serviço público (art. 5º da Lei nº 14.133/2021). Após a análise técnica e de mercado, verificou-se que o preço médio estimado da Administração para a nova contratação é de R\$1.589.900,90, valor obtido após a aplicação do desvio padrão, garantindo maior aderência aos preços de mercado, economicidade e segurança jurídica ao processo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Nos termos do Art. 40, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve promover o parcelamento do objeto licitado sempre que possível, visando ampliar a competitividade. Contudo, o § 2º do mesmo artigo autoriza a adoção de uma solução unificada quando for demonstrada a inviabilidade técnica ou econômica do parcelamento ou a ausência de ganhos de escala, o que se aplica integralmente ao presente caso.

O fracionamento da contratação mostra-se desvantajoso para a Administração, especialmente diante da necessidade de manter a composição mínima de **17 ajudantes e 2 supervisores** para assegurar a adequada execução dos serviços. O parcelamento não se revela vantajoso, uma vez que a separação das equipes, comprometeria a gestão operacional, a padronização dos procedimentos e o controle da execução contratual. Ademais, a multiplicidade de contratos elevaria significativamente os encargos administrativos com fiscalização e ampliaria os riscos trabalhistas, tornando o modelo fragmentado menos eficiente e mais oneroso para a Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Existe contratação correlata vinculada à contratação, cujo objeto é a prestação de serviço continuado de condução de veículos, que possui relação de complementaridade operacional com a presente contratação de movimentação de cargas, uma vez que ambas integram o suporte logístico institucional da Fiocruz.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

1.1.1 A contratação será atendida de acordo com dotação a seguir:

- **Subunidade:** Coordenação de Serviços Operacionais
- **Projeto:** 0032.2000.565 .00032 - Proc: 376/25-02 - Serviço Continuado de Movimentação de Cargas com dedicação exclusiva de mão de obra.
- **Iniciativa/Programa Temático:** 0032 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo
- **Ação Orçamentária:** 2000 – Administração da Unidade de Custeio
- **Finalidade:** 565 – Gestão Administrativa
- **Programa de Trabalho:** 10122003220000033
- **Fonte de Recurso:** 1002000000 - LOA Corrente
- **Natureza da Despesa:** 339037 - Locação de Mão-de-Obra
- **Elemento de Despesa:** 339037 - 01
- **Grupo:** 851
- **Serviço:** 15008
- **DFD:** 008/2026
- **Contratação:** 517/2026

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Benefícios a serem alcançados com a contratação:

- Proporcionar condições adequadas para o cumprimento da missão institucional da Fiocruz, garantindo suporte logístico contínuo às suas atividades administrativas, assistenciais, científicas e de pesquisa.
- Assegurar a prestação eficiente e contínua dos serviços de movimentação de cargas, essenciais ao funcionamento das unidades e ao atendimento das rotinas operacionais da Instituição.

- Promover práticas ambientais sustentáveis, mediante a racionalização do uso de recursos, minimização de desperdícios e adoção de procedimentos que reduzam impactos ambientais nas operações logísticas.
- Suprir a inexistência de recursos humanos próprios no quadro da Fiocruz para a execução especializada dos serviços de movimentação de cargas, garantindo mão de obra qualificada e disponível de forma permanente.
- Proporcionar maior eficiência operacional, aumentando a agilidade, a organização e a segurança no transporte e no manuseio de materiais, equipamentos e insumos.
- Reduzir riscos operacionais e administrativos por meio da transferência da responsabilidade da gestão de pessoal para a empresa contratada, com maior conformidade às normas trabalhistas e de segurança do trabalho.
- Assegurar atendimento integral às demandas das áreas finalísticas e administrativas da Fiocruz, fortalecendo a integração entre as atividades de apoio logístico e os serviços institucionais essenciais.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Não há necessidade de ações especiais, além dos trâmites convencionais para a realização desta contratação, bem como não são necessárias intervenções e/ou adequações no local para a execução deste contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 A execução dos serviços de movimentação de cargas poderá gerar impactos ambientais mínimos, relacionados principalmente ao consumo de materiais e à geração de resíduos comuns decorrentes das atividades rotineiras de operação. De modo geral, tais impactos são considerados de baixa relevância e plenamente administráveis, podendo ser mitigados por meio da adoção de boas práticas operacionais, como o uso racional de recursos, a separação adequada de resíduos, o correto acondicionamento de materiais e a observância às orientações institucionais de sustentabilidade. A contratação, portanto, encontra-se alinhada às diretrizes ambientais da Fiocruz, não sendo identificados impactos ambientais significativos decorrentes da execução do objeto.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação mostra-se viável e necessária para garantir a continuidade das atividades relacionadas à movimentação de cargas nas dependências da Fiocruz/RJ.

O dimensionamento do quantitativo de postos foi definido a partir da demanda operacional existente, sendo estabelecida a alocação de **17 (dezessete) ajudantes de cargas e 02 (dois) supervisores**, em regime de **44 (quarenta e quatro) horas semanais**, quantitativo considerado suficiente para assegurar a execução adequada dos serviços, com cobertura das rotinas diárias, atendimento às demandas ordinárias e eventuais, bem como a supervisão contínua das atividades, garantindo eficiência, organização e segurança operacional.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 28/01/2026 às 16:13:40.

TADEU MONTENEGRO CHERMONT

Membro da comissão de contratação

Documento assinado digitalmente



ROBSON VALLADAO

Data: 29/01/2026 08:54:23-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente



BEATRIZ SABINO MELO

Data: 29/01/2026 09:05:52-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente



PRISCILLA DA SILVA NOGUEIRA

Data: 29/01/2026 11:53:51-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

IMR - Serviço de Movimentação de Cargas para o Campus Manguinhos Fiocruz/RJ

* Indica uma pergunta obrigatória

IMR - Serviço de movimentação de Cargas para o campus
Manguinhos Fiocruz/RJ

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

SERVIÇOS DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS DO CAMPUS MANGUINHOS



Metodologia de Avaliação de Desempenho

O Instrumento de Medição de Resultados (IMR) tem como objetivo avaliar o desempenho da empresa contratada na execução dos serviços de movimentação de cargas, considerando o cumprimento das atividades previstas, a qualidade, a eficiência operacional, os prazos e as condições técnicas e administrativas estabelecidas.

A aplicação do IMR permitirá mensurar, de forma objetiva, a conformidade, a eficiência e a qualidade dos serviços prestados. Conforme o resultado obtido na avaliação, a contratada poderá estar sujeita à glosa de até **5%** do valor total da Nota Fiscal.

- **Finalidade**: Atender às previsões estabelecidas no Termo de Referência.
- **Meta a cumprir**: Cumprimento integral das atividades e condições contratuais.
- **Forma de acompanhamento**: Fiscalização direta pelo Fiscal do Contrato e pelos Fiscais Setoriais.
- **Periodicidade**: Mensal.
- **Início da vigência**: Será definido na reunião de partida, após a assinatura do contrato, devendo o IMR ser implantado no prazo máximo de até 3 meses a partir do início da execução contratual.
- **Mecanismo de cálculo do desempenho e da glosa**: A avaliação será composta por 10 perguntas, que somam 100% de desempenho. Cada uma das 10 perguntas do formulário corresponderá a 0,5% do valor da Nota Fiscal, totalizando 5%.

De acordo com a resposta atribuída pelo avaliador, será pontuado o seguinte:

- **Excelente**: Não gera desconto sobre o valor total da Nota Fiscal, por representar desempenho plenamente satisfatório.
- **Bom**: Embora não represente desempenho plenamente satisfatório, não acarreta desconto sobre o valor total da Nota Fiscal, por ser considerado um desempenho parcialmente satisfatório.
- **Regular**: Indica desempenho abaixo do esperado, acarretando desconto proporcional de 0,25% sobre o valor total da Nota Fiscal.
- **Ruim**: Indica desempenho insatisfatório e reduz a pontuação da pergunta avaliada, resultando em desconto proporcional de 0,50% sobre o valor total da Nota Fiscal.

1. 1 - O Ajudante de Cargas demonstra postura profissional durante o serviço (uso de uniforme e crachá, conduta adequada, boa apresentação pessoal e comunicação respeitosa com os usuários)? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Excelente (Mantém conduta íntegra e profissional, utiliza uniforme completo e crachá visível, apresenta-se adequadamente e se comunica de forma cordial durante todo o serviço).
- ☐ Bom (Apresenta-se de forma apropriada e mantém comportamento profissional na maior parte do tempo).
- ☐ Regular (Apresentação ou conduta apenas razoável, com falhas pontuais de postura ou atenção na comunicação com os usuários).
- ☐ Ruim (Frequentemente sem uniforme ou crachá, demonstra descuido com aparência, conduta ou comunicação inadequada com os usuários).

2. 2- O Ajudante de Cargas utiliza corretamente os EPIs/EPCs e cuidam dos equipamentos sob sua responsabilidade? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Excelente (Uso correto e ótima conservação dos equipamentos).
- ☐ Bom (Uso adequado com pequenas melhorias).
- ☐ Regular (Falha parcial no uso ou conservação).
- ☐ Ruim (Uso inadequado, descuido ou perda de equipamentos).

3. 3 - Como pode ser avaliada a ocupação dos postos de serviço do Ajudante de Carga quanto ao cumprimento do horário e permanência do profissional? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Excelente (Cumpre integralmente os horários estabelecidos, permanece no posto durante todo o turno e demonstra pontualidade exemplar).
- ☐ Bom (Cumpre os horários na maior parte do tempo, com eventuais atrasos ou ausências justificadas, mantendo boa regularidade de presença).
- ☐ Regular (Apresenta atrasos ou ausências ocasionais sem justificativa adequada, comprometendo parcialmente a cobertura do posto).
- ☐ Ruim (Frequentemente ausente ou em atraso, não mantém presença regular no posto de serviço).

4. 4 - Quando da ausência do profissional no posto Ajudante de Cargas, a empresa prestadora dos serviços tem até 01 hora para fazer a cobertura, utilizando outro profissional. Como tem sido o cumprimento da cobertura para a ausência dos postos? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Excelente (Sempre que necessário, a cobertura é realizada dentro do prazo estabelecido, sem prejuízo à continuidade do serviço).
- ☐ Bom (A cobertura é feita na maioria das vezes dentro do prazo, com pequenas variações pontuais que não comprometem o atendimento).
- ☐ Regular (A cobertura ocorre, mas com atrasos frequentes ou substitutos nem sempre disponíveis de imediato).
- ☐ Ruim (A cobertura não ocorre, gerando ausência do profissional no posto).

5. 5 - As coberturas, no caso de emergências dos profissionais do posto Ajudante de Cargas, devem ser feitas utilizando profissionais com o mesmo perfil e habilidades. De que maneira pode ser avaliada a adequação dos perfis dos profissionais de cobertura? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Excelente (Os profissionais de cobertura possuem perfil e habilidades totalmente compatíveis com os substituídos, assegurando a continuidade e a qualidade do serviço sem prejuízos).
- ☐ Bom (Os profissionais de cobertura apresentam perfil adequado, sem comprometer o resultado das atividades).
- ☐ Regular (Os profissionais de cobertura atendem parcialmente ao perfil exigido, demonstrando limitações em algumas atribuições ou na execução de tarefas específicas).
- ☐ Ruim (Os profissionais de cobertura não possuem o perfil ou as habilidades necessárias, comprometendo a execução das atividades no posto).

6. 6 - É tarefa diária do profissional que atua como Supervisor orientar os trabalhadores quanto às necessidades específicas do local de trabalho, promover treinamentos quando necessário, e propor melhorias nos processos operacionais? Como pode ser avaliado esse profissional? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Excelente (Cumpre diariamente suas atribuições, orientando e treinando, quando necessário, os trabalhadores, elaborando relatórios técnicos com qualidade, coordenando a equipe com eficiência e fiscalizando constantemente a execução dos serviços).
- ☐ Bom (Desempenha suas tarefas diárias de orientação, treinamento, coordenação e fiscalização, porém de modo tardio ou com pequenas falhas pontuais).
- ☐ Regular (Realiza suas tarefas diárias de orientação, treinamento e fiscalização apenas após solicitações ou queixas da unidade).
- ☐ Ruim (Não cumpre suas tarefas diárias de orientação, treinamento, elaboração de relatórios, coordenação e fiscalização dos serviços).

7. 7 - Como pode ser avaliada a atuação do Supervisor ao fornecer assistência à unidade quando solicitado? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Excelente (Sempre que solicitado, presta assistência de forma imediata, coordena a equipe com eficiência, orienta e fiscaliza diariamente a execução dos serviços).
- ☐ Bom (Presta assistência e exerce as funções de coordenação, orientação e fiscalização, porém com pequenas falhas pontuais).
- ☐ Regular (Só realiza a assistência ou a fiscalização após queixas da unidade ou quando solicitado repetidamente).
- ☐ Ruim (Não presta assistência nem exerce as funções de coordenação, orientação e fiscalização dos serviços).

8. 8 - Como pode ser avaliada a pontualidade na execução do serviço de movimentação de cargas? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Excelente (Sempre dentro do prazo, sem atrasos).
- ☐ Bom (Pequenos atrasos ocasionais, sem impactar o processo).
- ☐ Regular (Atrasos frequentes que causam algum impacto no fluxo de trabalho).
- ☐ Ruim (Atrasos constantes, prejudicando a operação).

9. 9- Como pode ser avaliada a execução do serviço de movimentação de cargas em termos de cuidado com as cargas e eficiência na operação? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Excelente (As cargas são sempre movimentadas com cuidado, sem danos, e o serviço é concluído rapidamente, utilizando recursos de forma ótima).
- ☐ Bom (Pequenos incidentes ocasionais, mas sem impacto relevante na operação).
- ☐ Regular (Ocorreram danos ou manuseio inadequado de algumas cargas, e/ou o serviço demorou mais do que o esperado).
- ☐ Ruim (Frequentes danos às cargas, manuseio inadequado e uso ineficiente de tempo e recursos, prejudicando a operação).

10. 10- O serviço de movimentação de cargas atende às necessidades operacionais da unidade? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Excelente: (O serviço atende plenamente às necessidades operacionais).
- ☐ Bom: (O serviço atende satisfatoriamente às necessidades operacionais, com pequenas falhas pontuais ou atrasos ocasionais, sem comprometer o resultado).
- ☐ Regular: (O serviço atende parcialmente às necessidades operacionais, apresentando falhas recorrentes, atrasos ou necessidade de retrabalho).
- ☐ Ruim: (O serviço é frequentemente executado com atrasos, falhas ou falta de cuidado, comprometendo a operação).

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Anexo III

UNIFORMES E EPIs – DESCRIÇÃO E QUANTIDADES

Conforme detalhado a seguir, apresentam-se as informações referentes aos uniformes e EPIs:

I) A descrição e o quantitativo de uniformes indicados pela Administração têm caráter meramente exemplificativo. A licitante poderá apresentar propostas com itens equivalentes ou diferenciados, desde que adequados às especificidades do serviço.

II) A descrição e o quantitativo dos EPIs também são exemplificativos, cabendo à licitante ofertar todos os equipamentos de proteção individual necessários para a execução das atividades, em conformidade com as Normas Regulamentadoras (NRs) aplicáveis à categoria profissional.

AJUDANTE DE CARGAS	
Uniformes	
Descrição	Total
BLUSA GOLA POLO, TECIDO EM ALGODÃO, NA COR ESCURA (PRETO OU AZUL MARINHO).	3
BOTA CANO CURTO COM RESISTENCIA A QUEDA DE OBJETOS	1
CALÇA JEANS COR AZUL ESCURO	2
PAR DE MEIA PRETO (GROSSA)	3

EPIs	
PAR DE LUVA TIPO PETROLEIRO	1
PAR DE LUVA DE PANO	1
CINTO ABDOMINAL	1
CAPACETE DE SEGURANÇA – Para proteção da cabeça contra impactos provenientes de queda	1

SUPERVISÃO DE CARGAS	
Uniformes	
Descrição	Total
BLUSA GOLA POLO, TECIDO EM ALGODÃO, NA COR ESCURA (PRETO OU AZUL MARINHO).	3
BOTA CANO CURTO COM RESISTENCIA A QUEDA DE OBJETOS	1
CALÇA JEANS COR AZUL ESCURO	2
PAR DE MEIA PRETO (GROSSA)	3

EPIs	
PAR DE LUVA TIPO PETROLEIRO	1
PAR DE LUVA DE PANO	1
CAPACETE	1

Observações:

1. A Contratada poderá sugerir à Contratante conjunto de uniformes alternativo, desde que adequado às atividades desempenhadas, condicionado à aprovação prévia da Administração. Os uniformes deverão ser fornecidos no início da vigência contratual e substituídos sempre que houver necessidade, de modo a garantir condições adequadas de apresentação e segurança.
2. O quantitativo especificado corresponde ao fornecimento destinado **a um único profissional**, devendo ser observada a proporcionalidade em relação ao número total de empregados alocados para a execução dos serviços.

ANEXO IV

INSUMOS DIVERSOS	
Descrição dos Insumos Diversos	Quantidade Estimada /ANUAL
Plástico Bolha (cor branco) - Rolo com 100 metros	20
Corda de Seda meia polegada	100
Cobertores (Tipo Paraíba)	30
cinta suspensão carga, material: poliéster, comprimento: 2 m, largura: 9 cm, capacidade: 3 t, aplicação: suspensão e amarração de cargas	8
cinta suspensão carga, material: poliéster, comprimento: 9 m, largura: 5 cm, capacidade: 4 t, aplicação: suspensão e amarração de cargas, características adicionais: 2 ganchos e 1 catraca	4
Carro Plataforma Com Tampo Em Madeira Capacidade De 600 Kg	1
Carro de Carga para até 150kg Equipado com 2 rodas pneumáticas	2
Calço de Borracha para Caminhão	2
Anilha / Manilha para Cabo de Aço	4
Cintas de Amarração de Carga com Catraca. Capacidade 4000Kg	2
Cintas de Amarração de Carga com Catraca. Capacidade 3000Kg	2



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi

FORMULÁRIO DE ORDEM DE SERVIÇO

SERVIÇO DE TRANSPORTE DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS PESADAS E MUDANÇAS				Operador:				PEDIDO		Nº:	
Setor/Oficina:				Data da Solicitação:				Data Execução:			
DADOS DO SOLICITANTE											
Solicitante:				Contato:				E-Mail:			
Telefone:											
LOCALIZAÇÃO											
Unidade:				Departamento/Área:							
Pavilhão:				Setor/Laboratório:				Sala:			
DADOS DA SOLICITAÇÃO											
Descrição da Ação:											
OBSERVAÇÃO											
EXECUÇÃO DE TRANSPORTE								Solicitado			
Origem:				Destino:							
Motivo:											
Placa	Veículo	Problema no Hodômetro	Categoria	Tipo Veículo	Oficial	KM Inicial	KM Final	KM Total			

Aceito

Matrícula

Data

Controle de Saída/Entrada de Veículo

Ordem de Serviço Nº: 058679/2025

[illegible]

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A
INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Declaro que a empresa _____,
inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº
_____, estabelecida em _____, possui
os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato*
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
Valor total dos Contratos		R\$ _____

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: *Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

Anexo VII

ATESTADO DE VISTORIA

DECLARAMOS, para fins de participação no processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO para contratação do serviço de Movimentação de Cargas para os Campi da Fundação Osvaldo Cruz - FIOCRUZ, que a licitante _____ representada legalmente por _____ (nome completo) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, instalada no endereço _____ na cidade de _____ compareceu nesta data, no Campus Fiocruz Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ e tomou conhecimento das condições ambientais e técnicas que condicionam a prestação dos serviços alvo desta contratação.

Durante a vistoria supracitada, a empresa inspecionou o local a ser executado os serviços e o uso dos equipamentos a serem disponibilizados.

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA

Concordamos com os termos da declaração acima, dando-nos por satisfeitos com as informações obtidas e declaramos capacitados a elaborar nossa proposta para a licitação.

Local e data:

[Nome do Representante Legal]

[Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor]

Nota: A empresa ou consórcio deverá anexar a esta declaração documento comprobatório da competência da assinatura de seu representante como representante legal.

ANEXO VIII - EQUIPAMENTOS

EQUIPAMENTOS		
Descrição	Quant.	
	Qtd. Total	1
Transpalete Manual TM2500 RSN 525 (carro hidráulico), com capacidade de carga de 2.500 kg, equipado com rodas simples em nylon, sendo uma roda localizada em cada extremidade do garfo. Trata-se de um equipamento básico e indispensável para a movimentação horizontal de cargas paletizadas, adequado para operação em paletes abertos e paletes dupla face.	1	